



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**  
**NÍVEL MESTRADO**



**ELIANE FREITAS COUTO**

**CAMINHOS DO “LIXO”: PERCEPÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL DOS  
CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ARACAJU-  
SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2017**

**ELIANE FREITAS COUTO**

**CAMINHOS DO “LIXO”: PERCEPÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL DOS  
CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ARACAJU-  
SERGIPE**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente da  
Universidade Federal de Sergipe.

**ORIENTADORA:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Ronise Nascimento de Almeida

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2017**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE LAGARTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C871c Couto, Eliane Freitas.  
Caminhos do “lixo”: percepção ambiental e inclusão social dos catadores informais de materiais recicláveis em Aracaju - SE / Eliane Freitas Couto; orientadora Ronise Nascimento de Almeida. – São Cristóvão, 2017.  
98 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)  
– Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Coletores de materiais recicláveis – Aracaju, SE. 2. Meio ambiente. 3. Integração social. 4. Política social. I. Almeida, Ronise Nascimento de, orient. II. Título.

CDU 316.344.7:502(813.7)

ELIANE FREITAS COUTO

**CAMINHOS DO “LIXO”: PERCEPÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL DOS  
CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ARACAJU-  
SERGIPE**

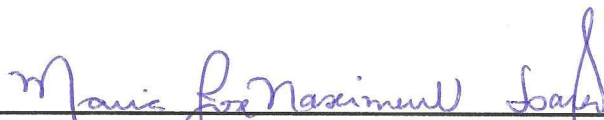
Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente da  
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2017.



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ronise Nascimento de Almeida (Orientadora)  
Universidade Federal de Sergipe - PRODEMA/UFS



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Nascimento Soares (Avaliador Interno)  
Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA/UFS



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Evangelista Reis Oliveira (Avaliador Externo)  
Instituto Federal de Sergipe – IFS/UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

*Ronise Nascimento de Almeida*

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ronise Nascimento de Almeida (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA

Universidade Federal de Sergipe – UFS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

*Eliane Freitas Couto*

---

Eliane Freitas Couto

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

*Ronise Nascimento de Almeida*

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ronise Nascimento de Almeida (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Meu filho Carlos Daniel, meu amor ao triplo! Frase que repetirei para sempre. Eu e você  
sempre juntos em todos os momentos! Obrigada por cuidar de mim, por ser meu amigo,  
companheiro, confidente. Um filho simplesmente maravilhoso! Amo você  
incondicionalmente!

## AGRADECIMENTOS

Acredite é hora de vencer  
Essa força vem de dentro de você  
Você pode até tocar o céu se crer  
Acredite que nenhum de nós  
Já nasceu com jeito pra super-herói  
Nossos sonhos a gente é quem constrói  
É vencendo os limites  
Escalando as fortalezas  
Conquistando o impossível pela fé  
Campeão, vencedor  
Deus dá asas faz teu voo  
Campeão, vencedor  
Essa fé que te faz imbatível  
Te mostra o teu valor  
Tantos recordes você pode quebrar  
As barreiras você pode ultrapassar e vencer (Beno César, Solange de César).

Embalada pelo ritmo dessa linda canção, venho agradecer a Deus por Ele existir em minha vida, por permitir ser resoluta em meio às adversidades, agora posso escrever uma nova história de vitória e de superação. Obrigada, meus amigos (Rousseauianos) João, Talitha e a mãezoca do quarteto Thaíse, vocês foram o melhor presente que ganhei no ano de 2015, podem ter certeza que nossa amizade será na alegria, na tristeza, na riqueza, na pobreza, no desespero, no refrigério, e para sempre. Amo muito vocês. Um agradecimento à Mainha Dora pelas orações.

A minha orientadora Ronise, por ter sido tão paciente, amável. Falava sempre que ela foi um ser iluminado enviado para assessorar minha pesquisa, com contribuições excelentes. A minha amiga Marília, Gabriela obrigada! A toda equipe do PRODEMA! A CAPES!



## RESUMO

Diante de uma sociedade que vive em constantes transformações tecnológicas no processo de produção e consumo, os catadores informais de materiais recicláveis há algumas décadas vêm realizando o trabalho de coleta dos resíduos sólidos, o ofício desempenhado no tocante a conservação ambiental é imprescindível para o meio ambiente, visto que, recolhem das ruas os resíduos que são descartados de maneira inadequada pela população. A atividade executada por eles pode ser a única forma de sobrevivência e o meio pelo qual possibilitam fixar-se no mercado de trabalho e obter inserção social. Os catadores estão inseridos nas políticas públicas de inclusão social, todavia essas não contemplam àqueles que trabalham informalmente. A pesquisa apresenta como objetivo geral, analisar a percepção que os catadores informais de materiais recicláveis têm sobre o meio ambiente em Aracaju/Sergipe. Esboça uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a entrevista estruturada e semiestruturada; a técnica de tratamento dos dados se deu por meio da análise de conteúdo. Os resultados alcançados mediante as entrevistas quanto a percepção ambiental e inclusão social dos catadores informais demonstraram que os mesmos percebem suas contribuições para a conservação do meio ambiente, uma vez que realizam o trabalho de catação e segregação dos resíduos, entretanto revelou-se também que alguns vivem à margem da sociedade, do poder público e na ponta de uma cadeia explorada pelos sucateiros e empresas recicladoras.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Políticas Públicas. Resíduos Sólidos.

## **ABSTRACT**

In the face of a society that lives in constant technological changes in the production and consumption process, the informal collectors of recyclable materials have been carrying out the work of solid waste collection for some decades, the office in the field of environmental conservation is indispensable for the Environment, since they collect from the streets waste that is inappropriately discarded by the population. The activity performed by them may be the only form of survival and the means by which they can establish themselves in the labor market and obtain social insertion. Scavengers are included in public policies for social inclusion, but these do not include those who work informally. The research presents as general objective, to analyze the perception that the informal collectors of recyclable materials have on the environment in Aracaju. It outlines a qualitative and quantitative approach, using structured and semi-structured interviews as instruments of data collection; The technique of data processing was given through content analysis. The results obtained through the interviews regarding the environmental perception and social inclusion of the informal collectors, showed that they perceive their contributions to the conservation of the environment, once they carry out the work of waste segregation and segregation, however it has also been revealed that Some live on the margins of society, public power and at the tip of a chain exploited by scrap metal and recycling companies.

**Keywords:** Environment. Public policy. Solid Waste.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Organograma da representação da comissão nacional dos catadores	43
Figura 02 – Trabalho dos catadores informais no cotidiano das ruas	46
Figura 03 – Trabalho dos catadores informais no cotidiano das ruas	46
Figura 04 – Trabalho dos catadores informais no cotidiano das ruas	46
Figura 05 – Mapa de localização do município de Aracaju/SE	50
Figura 06 – Mapa de localização dos bairros para a pesquisa de campo em Aracaju/SE	50
Figura 07 – Catadores informais exercendo a coleta dos materiais recicláveis	56
Figura 08 – Catadores informais exercendo a coleta dos materiais recicláveis	57
Figura 09 – Catadores informais exercendo a coleta dos materiais recicláveis	57
Figura 10 – Peso transportado em excesso nos carrinhos	68
Figura 11 – Peso transportado em excesso nos carrinhos	68
Figura 12 – Peso transportado em excesso nos carrinhos	68
Figura 13 – Catadores informais exercendo a atividade sem uso do EPI	72
Figura 14 – Catadores informais exercendo a atividade sem uso do EPI	72

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa Etária dos Entrevistados	61
Gráfico 02 – Cor/Raça dos Catadores Informais de Materiais Recicláveis	62
Gráfico 03 – Estado Civil dos Catadores Informais	62
Gráfico 04 – Escolaridade dos Catadores	63
Gráfico 05 – Tempo de Exercício no Trabalho de Catação de Materiais Recicláveis	64
Gráfico 06 – Horário de Trabalho dos Catadores Informais	65
Gráfico 07 – Locais de Coleta dos Materiais Recicláveis	66
Gráfico 08 – Materiais Recicláveis Coletados pelos Catadores Informais	67
Gráfico 09 – Local onde os Catadores Informais vendem os Materiais Recicláveis	69
Gráfico 10 – Transporte Utilizado pelos Catadores Informais	70
Gráfico 11 – Renda Obtida com a Venda dos Materiais Recicláveis	71
Gráfico 12 – Locais de Armazenamento dos Materiais Recicláveis	74

## LISTA DE SIGLAS

CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CIISC	Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
CLT	Consolidação da Leis do Trabalho
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EA	Educação Ambiental
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FUNDAT	Prefeitura Municipal através da Fundação Municipal do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBV	Legião da Boa Vontade
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MPAS	Previdência e Assistência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PEGIRS	Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PERS	Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Sergipe
PET	Polietileno Tereftalato
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PNEA	Política Nacional da Educação Ambiental

PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PRODEMA	Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente
PSE	Proteção Social Especial-PSE
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEMARH	Secretaria Estadual do Meio e Recursos Hídricos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 MEIO AMBIENTE, PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS .....</b>	<b>19</b>
2.2.1 Compreendendo o surgimento da preocupação ambiental .....	19
<b>2.2 PERCEPÇÃO E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRISMA AMBIENTAL E SOCIAL .....</b>	<b>25</b>
<b>2.3 HISTÓRICO DOS CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....</b>	<b>32</b>
<b>2.4 A CONSTRUÇÃO DO PERFIL DOS CATADORES INFORMAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA OS CATADORES .....</b>	<b>36</b>
<b>2.6 (IN) VISIBILIDADE DOS CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS .....</b>	<b>41</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>48</b>
3.1 Área de Estudo .....	49
3.2 Universo da pesquisa .....	51
3.3 Levantamento e coleta de dados .....	52
3.4 Métodos e técnicas de pesquisa .....	53
3.4.1 Método Fenomenológico .....	53
3.4.2 Técnicas e Análise da Pesquisa .....	54
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>58</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>91</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Com o consumismo incomensurável na contemporaneidade houve o aceleração na geração de resíduos urbanos acima da capacidade que o meio ambiente pode suportar, ocasionando assim sérios problemas ambientais decorrentes da acumulação e disposição final inadequado. Desse modo, tem surgido um aumento nas pesquisas sobre a questão ambiental, debates e fóruns no contexto mundial. Para Silva (2010) as discussões sobre as questões ambientais começaram a ganhar eficácia na agenda de diversos segmentos da sociedade mundial, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 do século XX. Inúmeras ações para a conservação ambiental têm sido desenvolvidas por parte dos governantes e da sociedade, e o catador informal de material reciclável é partícipe dessa conservação, tornando necessário o reconhecimento dos mesmos enquanto categoria profissional aliado às políticas públicas consolidadas que venham os beneficiar de forma integral no aspecto socioeconômico, principalmente aqueles que não estão inseridos em cooperativas e associações.

O trabalho realizado pelos catadores informais pode adquirir duas vertentes: a primeira contempla a parte ambiental no tocante a percepção de conservação, e a segunda, a redução dos resíduos sólidos<sup>1</sup> que seriam enviados para aterros sanitários ou lixões, assim, torna-se imprescindível inserção dos catadores informais em políticas públicas mediante o sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos, ancorado na Lei nº 12.305 de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Diante da contribuição dos catadores em relação às vertentes supracitadas esta pesquisa apresenta como objetivo geral analisar a percepção que os catadores informais de materiais recicláveis têm sobre o meio ambiente em Aracaju. E como objetivos específicos, caracterizar o perfil socioeconômico dos catadores informais de materiais recicláveis; verificar a percepção dos catadores informais, quanto a sua compreensão das políticas de inclusão social propostas para o setor; identificar as dificuldades inerentes à atividade do trabalho informal, ao percorrerem o caminho do “lixo” pela busca da sobrevivência.

---

<sup>1</sup> A Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) define que resíduos Sólidos são oriundos de atividades de procedência domésticas, industrial, de serviços de varrição, comercial, agrícola e hospitalar. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviável em face à melhor tecnologia disponível. Fonte: (ABNT, NBR 10004:2004).

Para Demajorovic e Lima (2013), catadores informais são aqueles que coletam os materiais recicláveis pelas ruas, casas, lixões e vendem para as organizações intermediárias que realizam as atividades de prensagem, de trituração, armazenamento e de transporte. A atividade exercida pelos catadores informais de materiais recicláveis vem contribuindo para atenuar os resíduos que seriam enviados aos aterros sanitários, realizam a limpeza urbana, e coletam os restos lançados no espaço público pela população, exercendo a função de agentes ambientais.

Estudar a percepção ambiental dos catadores informais, portanto, traz a notoriedade deles para o processo de reciclagem<sup>2</sup> no país, uma vez que podem ser inseridos nas políticas públicas governamentais que contemplem a dignificação do trabalho, tornando-os socialmente reconhecidos enquanto catadores de materiais recicláveis, fortalecendo assim sua formação identitária. Para Faggionato (2002) a percepção ambiental pode ser determinada como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, significando o ato de perceber o ambiente pelo qual está inserido, desenvolvendo atitudes de cuidado e proteção ambiental.

A percepção pode ser adquirida por meio da visão sobre o meio ambiente, que os catadores informais têm durante o trajeto realizado no trabalho de catação, posto que, percorrem lugares diferentes, como por exemplo: centros urbanos, comércios, praças, parques, litoral dentre outros. Por estarem cotidianamente nesses locais, podem obter visões diversificadas sobre a importância ambiental do trabalho exercido por eles, “duas pessoas não veem a mesma realidade, nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente” (TUAN, 1974, p. 6), desse modo construir suas percepções calcadas no mundo vivido.

A escolha pela pesquisa foi a partir do meu bacharelado em Serviço Social, experiência na área social e gestão pública, com trabalho articulado a rede socioassistencial das políticas públicas e órgãos de defesa de direitos humanos com a população em situação de rua (grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a existência de moradia convencional regular), foi percebido que alguns destes grupos exerciam o trabalho de catação de materiais recicláveis como forma de manutenção da família e sobrevivência, no entanto poucos eram os estudos que abordavam a

---

<sup>2</sup> Reciclagem é um conjunto de técnicas que tem por finalidade o aproveitamento dos detritos e a reutilização no ciclo de produção, é o resultado de uma série de atividades, pela qual os materiais recicláveis que seriam enviados a aterros, são coletados, separados e processados para serem usados como matéria prima na manufatura de novos produtos. Nani (2012).



percepção ambiental e inclusão social dos catadores informais de materiais recicláveis em Aracaju/SE.

Essa pesquisa se torna relevante pois irá contribuir para dinamização dos estudos interdisciplinares nos vários campos das ciências como: da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, do Serviço Social, da Geografia, estabelecendo elos entre os saberes, além de aprofundar o debate acerca da temática proposta, proporcionando subsídios a novos estudos. Para a sociedade pode estar elucidando a compreensão, a importância que os catadores exercem sobre o meio ambiente, ao coletarem os resíduos que muitas vezes são descartados pela população, potencializando danos à saúde humana e ao ambiente.

Desse modo, a pesquisa apresenta alguns questionamentos, a saber: Os catadores informais de materiais recicláveis ao exercerem a atividade da coleta dos resíduos sólidos percebem que contribuem para minimizar os impactos ambientais<sup>3</sup>? Há um reconhecimento pelos catadores de que o processo da reciclagem começa a partir do trabalho exercido por eles enquanto catadores informais? Os catadores informais têm conhecimento sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010 (PNRS)?

Assim, essa pesquisa está dividida em 4 (quatro) capítulos, o primeiro expõe o referencial teórico pautado nas temáticas: meio ambiente, percepção ambiental, inclusão social e catadores informais os quais subsidiarão o contexto teórico da pesquisa, enfatizando o surgimento da preocupação com as questões que envolvem o meio ambiente; no segundo capítulo será abordada a percepção e inclusão social com análise a partir dos prismas ambiental e social, em seguida apresentar-se-á a abordagem sobre os catadores informais de materiais recicláveis retratando a (in) visibilidade social e ambiental. O capítulo terceiro será exposto os caminhos metodológicos para a realização da pesquisa, mediante os métodos e técnicas. Em sequência os resultados e discussões da pesquisa. E por fim, serão expostas as considerações finais e sugestões a futuros trabalhos.

---

<sup>3</sup> Entende-se por impactos ambientais: o aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão de resíduos sólidos em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais, contaminação das águas na quantidade e qualidade dos recursos hídricos disponíveis e agravamento da qualidade do ar, (JACOBI, 2006, p.9). A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) relaciona impactos ambientais a degradação ambiental na qual a degradação ambiental é compreendida como a alteração adversa das características do meio ambiente, resultante de atividades que direta ou indiretamente contribuem para: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. PNMA-Lei 6.938/81, artigo 3o. incisos II, III p.2,3.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 MEIO AMBIENTE, PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

#### **2.2.1. Compreendendo o surgimento da preocupação ambiental**

O crescimento populacional nas últimas décadas ocasionou um avanço desenfreado do esgotamento dos recursos naturais, em virtude da expansão do consumo em larga escala, gerando a produção de poluentes e consequentemente danos irreversíveis ao meio ambiente<sup>4</sup>. O homem ao utilizar matérias primas da natureza propendendo apenas aos valores econômicos que podem ser agregados para uso próprio vem se esquecendo de que os recursos naturais são finitos, Camargo (2003, p. 45) “a questão ambiental é antes de tudo uma questão pessoal”. Sendo assim, a percepção ambiental com relação a conservação é uma questão individual, da qual precede ações coletivas em benefícios ao meio ambiente.

A esse respeito a Constituição Federal de 1988 apresenta o artigo que se consagrou nacionalmente quando se fala em conservação ambiental, o Art. nº 225, expressa que é dever do poder público e da coletividade a responsabilidade de proteger o meio ambiente para as gerações futuras, assegurando as condições de reprodução e habitabilidade no planeta, estabelecendo nas afirmativas supracitadas um pacto imanente entre homem e natureza, no qual não se pode incidir rompimentos.

Buscando respostas para minimizar os problemas ambientais para que a sociedade percebesse que é parte complementar na conservação ambiental, ou seja, que o homem e meio ambiente são indissociáveis, embora essa relação nem sempre conviveu em harmonia, começaram a surgir ações de grupos ambientalistas em defesa do meio ambiente, ancorados em legislações para a conservação ambiental. As iniciativas para essas ações começaram a

---

<sup>4</sup> Meio ambiente: é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (PNMA, Lei 6.938/81, artigo 3º inciso I, p.1.).

partir de reuniões internacionais, cujo objetivo era de conscientizar a sociedade da importância de participar da luta em defesa do meio ambiente. Assim serão apontados, breve histórico de algumas conferências ocorridas em prol da conservação ambiental a partir da década de 60.

A criação do Clube de Roma em 1966, foi considerado um marco fundamental para despertar a consciência ambiental em escala mundial. Algumas reuniões foram realizadas, resultando em relatórios, que descreviam e apontavam soluções para os problemas ambientais. Nesse período foram intensificadas as discussões acerca das relações existentes entre meio ambiente e desenvolvimento (CAMARGO, 2003).

A década de 1970 foi marcada por movimentos e eventos bastante significativos do ponto de vista socioambiental, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo). Participaram desse evento 113 países, oficializando em nível mundial a preocupação ambiental. Começavam então as ações para a conscientização a respeito da finitude dos recursos naturais e dos impactos ambientais causados pela degradação tais como: poluição das águas; poluição da atmosfera; degradação das florestas; danos à camada de ozônio; aquecimento global; erosão dos solos; desertificação; deterioração dos habitats das espécies; perda de biodiversidade; acúmulo de resíduos urbanos em locais inadequados, dentre outros.

Esses efeitos negativos ao meio ambiente tiveram início a partir do estabelecimento da economia industrializada baseada numa tecnologia altamente consumidora de energia e matérias-primas, radicalizando os impactos antrópicos sobre a natureza. Camargo (2003), ao mencionar que o modelo econômico de desenvolvimento modificou e aperfeiçoou em muitos aspectos a relação do ser humano com seu meio ambiente provocando transformações no ambiente natural, em que se pese o desenvolvimento tecnológico trazendo inúmeros benefícios nos aspectos sociais e econômicos, em contrapartida esses mesmos benefícios ocasionaram problemas de ordem socioeconômicos, como a pobreza e o aumento elevado de resíduos.

Na Conferência de Estocolmo dentre outros documentos, pode destaca-se a Declaração do Meio Ambiente que elencou o meio ambiente como sendo direito fundamental do ser humano, bem como o direito à liberdade, a igualdade de desfrutar de condição de vida digna com o comprometimento de protegê-lo, como se pode observar, é dever de toda a sociedade e órgãos governamentais;

exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (C.F de 1988 art. 225, p. 112).

Esse comprometimento consiste em um equilíbrio entre as ações humanas e a conservação do meio ambiente em que vivemos, ou seja, relação entre o homem/meio ambiente de forma harmoniosa com vistas a eliminação das desigualdades sociais entre países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, a eliminação da deterioração do ambiente físico; buscar a erradicação da hipossuficiência e a efetivação de um modelo ético global racional conscientizando a sociedade de sua missão para conservação do meio ambiente, baseado nas primícias do desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi expresso no Relatório Brundtland, conhecido como Nosso Futuro Comum, produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1987 para atender as necessidades da geração presente sem comprometer as futuras gerações. Vale ressaltar que houve o entendimento que o Relatório estivesse preparando o fim da civilização ao mencionar limites para o crescimento econômico, entretanto propunha a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que deveria se apoiar em práticas que conservassem a base de recursos ambientais.

Corroborando, Camargo (2003) relata que o desenvolvimento sustentável se revelou uma nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação ambiental, mas incorporam também dimensões sociais, políticas e culturais; colocando em evidência os princípios do desenvolvimento sustentável pautados: na preocupação com a geração presente e futura, na viabilidade da economia, no respeito às culturas, na integração popular, na conservação dos recursos naturais, dentre outros.

Nas análises de Sachs (1996, p. 113) um desenvolvimento sustentável é “socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente”. Pode-se dizer que a atividade econômica, o meio ambiente e o bem-estar, requerem a participação do poder público, iniciativa privada e sociedade civil, como forma de garantir o equilíbrio ambientalmente sustentável.

Na Conferência nas Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, o encontro chamou a atenção do mundo para a dimensão global dos perigos que ameaçam a vida na terra e, por conseguinte, para a necessidade da aliança entre todos os povos em prol da sociedade

sustentável. Foi elaborada nessa conferência a Agenda de trabalho para o século XXI (Agenda 21) que estabeleceu: convenção sobre mudanças climáticas; declaração do Rio de Janeiro/RJ sobre o meio ambiente; declaração de princípios sobre florestas. Após a conferência a interligação entre desenvolvimento socioeconômico e as transformações no meio ambiente durante décadas ignoradas entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo (CAMARGO, 2003).

Durante a conferência Rio +5 ocorrida em 1997, na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de avaliar o efetivo andamento das decisões propostas na Agenda 21, existiram discussões sobre mudanças climáticas; aquecimento global; emissão dos gases provenientes da queima de combustíveis fósseis e a necessidade de diminuição da emissão desses gases no planeta. Estabelecendo assim um plano de ação objetivando alcançar o desenvolvimento sustentável. Camargo (2003) afirma que o desenvolvimento sustentável não é tarefa somente para uma geração é um compromisso a ser instituído, um projeto global que demanda período, compromisso e esforços de várias gerações e participação de toda sociedade civil e poder público.

Para esse mesmo autor os principais entraves ao desenvolvimento sustentável são: culturais- os diferentes valores e crenças dos povos; científicos- falta de maior conhecimento sobre as inter-relações homem e meio ambiente; político-econômico, diferença econômica existente entre os países quanto aos níveis de produção, consumo e renda; sociais – pressão decorrente do crescimento populacional humano, bem como desigualdade e exclusão social; éticos quanto a noção prevalecente de que o homem pode apropriar-se o quanto e como quiser da natureza; ideológicos – excessiva confiança de que a engenhosidade humana pode superar os problemas civilizatórios; psicológicos – dificuldade do ser humano em perceber sua importância no meio ambiente e da necessidade de conservação; filosóficos-metafísico – as emoções, as motivações, as consciências e atitudes dos homens com relação a si próprios, e aos seus semelhantes, à vida e ao mundo natural.

Os entraves do desenvolvimento sustentável estão presentes e integrados de forma global em diversas sociedades, no entanto precisam ser reconhecidos enquanto obstáculos, com o objetivo de serem resolvidos, ou seja, soluções por meio de ações eficazes que minimizem a degradação ambiental de forma consciente, crítica e criativa, que as práticas dessas ações consigam nortear a geração vigente transpassando as mesmas para a futura geração.

Ao pensar em desenvolvimento sustentável com o propósito de evitar as catástrofes ambientais que poderiam levar a perda de vidas humanas, da biodiversidade, e controlar as atividades antrópicas sobre o meio ambiente, acredita-se que seria necessário a sociedade perceber que os recursos naturais são finitos. Ribeiro e Morelli (2009) descrevem que ao longo da história da humanidade a ideia de crescimento se confundia com um crescente domínio e transformação da natureza, nesse paradigma, os recursos naturais eram vistos como ilimitados.

Corroborando com os autores supracitados, Camargo defende que [...] “as mudanças de paradigmas não se dão impulsionadas propriamente por pessoas, tem a ver com mudanças profundas na realidade, que impõe novas exigências” (2003, p. 97). A construção dessa transformação de atitude na relação entre homem e meio ambiente, a educação ambiental<sup>5</sup> podem proporcionar essa mudança, por meio do acesso à informação sobre as legislações vigentes, ao uso adequado dos recursos naturais, ao conhecimento da realidade sobre o meio ambiente. O que facilitaria um comprometimento dos governantes a aplicabilidade na íntegra da Lei nº 12.305/2010 (PNRS), propondo a construção de políticas sociais, como também de auxiliar na proteção ambiental.

Com a necessidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado, mais uma conferência foi realizada, a Rio +10 ou Cúpula Mundial sobre desenvolvimento sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul em 2002. Essa Conferência mostrou que a sociedade não está pronta para compreender e sensibilizar-se com os problemas socioambientais, visto que ainda prevalecem os interesses comerciais e econômicos sobre os direitos humanos e a conservação ambiental, principalmente nos países desenvolvidos, conforme se observa,

para muitos países ricos, o meio ambiente sempre foi visto como uma bela oportunidade de extração de riquezas naturais. [...] por isso a necessidade dos governos, das empresas e da sociedade repensarem seus critérios de crescimento econômico, levando em consideração os impactos ao meio ambiente, principalmente o conceito de desenvolvimento sustentável (GRIPPI, 2006, p. 141).

---

<sup>5</sup>Educação Ambiental: são os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade e no Art. 2º inciso 1 incumbe ao poder público: definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (Política Nacional da Educação Ambiental - PNEA instituída pela lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável a Rio+20 realizada no Rio de Janeiro em 2012, e no preâmbulo todos os Chefes de Estado e de Governo assumem o compromisso em trabalharem juntos na busca de um futuro próspero, seguro e sustentável para os povos e para o planeta. Essa parceria internacional pode ser considerada como o caminho correto e eficaz na medida em que toda a sociedade globalizada sensibilizasse e participasse com as questões ambientais, conforme detalha o relatório,

nós encorajamos as iniciativas e parcerias internacionais para abordar a inter-relação entre água, energia, alimentos e mudança climática, de modo a obter sinergias assim como minimizar conflitos entre objetivos políticos, com particular sensibilidade aos impactos sobre populações vulneráveis (ONU, 2012, p. 56).

De acordo com Guimarães e Fontoura (2012), a Rio+20 não atingiu os objetivos propostos das negociações sobre aspectos fundamentais para o futuro ambiental do planeta, focou-se somente em discussões, aparentemente acadêmicas, em torno de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, e sobre o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Após quatros anos da supracitada conferência o cumprimento do pacto assinado pelos representantes de quase 200 países, alguns temas abordados, não foram cumpridos integralmente, a saber: desemprego; desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; segurança alimentar e nutricional; energia sustentável para todos; água; cidades sustentáveis, dentre outros. Igualmente ao verificar o cumprimento das metas e prazos contidos no relatório percebe-se que não houve avanço significativo quanto aos acordos firmados entre os países no tocante aos temas citados nas conferências.

No entanto, percebe-se a preocupação dos governantes em encorajar a participação da sociedade no cenário da conservação ambiental. Para essa iniciativa precisa-se colocar em prática o parágrafo 98, do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio-20,

nós reconhecemos que o acesso de todos à educação de qualidade é uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social e nos comprometemos com o fortalecimento da contribuição de nossos sistemas de educação na busca do desenvolvimento sustentável, inclusive através de um melhor treinamento e desenvolvimento curricular dos educadores (ONU, p. 21, 2012).



Nesse contexto a Educação Ambiental (EA) pode se tornar como um instrumento capaz de efetivar as políticas públicas de proteção ao meio ambiente. Para Melazo (2005) a EA é a formação de cidadãos conscientes, dispostos a tomarem decisões atuando na realidade socioambiental, por meio de uma sintonia entre as diferentes realidades políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais.

De acordo com os Relatórios das Conferências Mundiais foram elaboradas propostas para a conservação ambiental e para a qualidade de vida no planeta Terra, tendo em vista, a necessidade dos recursos naturais para sobrevivência humana. No entanto, para a aplicabilidade das ações pertinentes nos relatórios é imprescindível um comprometimento e participação de todos os cidadãos envolvidos de forma consciente nas questões ambientais, percebendo a relação que cada ser humano tem com o meio ambiente no tocante a sobrevivência.

O trabalho de catação de materiais recicláveis realizado pelos catadores informais está inserido em alguns dos objetivos propostos nessas conferências, visto que parte da conservação ambiental nos municípios é realizada pelos catadores, pois segregam os resíduos que são lançados nas ruas, através da catação, além de manter os segmentos da reciclagem ligados a vários setores da economia, de acordo com Dias (2009), os catadores se encontram integrados a economia, ainda que pela via mais perversa de um trabalho informal socialmente não reconhecido. Entretanto, incita a necessidade de inclusão social na totalidade dos catadores informais nas políticas públicas vigentes.

## **2.2 PERCEPÇÃO E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRISMA AMBIENTAL E SOCIAL**

O século XX presenciou uma grande transformação da relação do homem com o meio ambiente, sobretudo na percepção sobre os problemas ambientais. Passou-se compreender a importância do respeito ao meio ambiente, surgindo o despertar de uma consciência ambiental e da necessidade de encontrar o equilíbrio saudável entre as ações humanas e a conservação (CAMARGO, 2003), proporcionando garantir à coletividade a qualidade ambiental, sem afetar as gerações presentes e futuras no atendimento às suas próprias necessidades.

Para Melazzo (2005) os sentidos humanos são partes necessárias e fundamentais no processo de percepção dos indivíduos e das suas sensações relacionadas ao ambiente, ao seu

habitat. Não se pode esquecer de associar a esses sentidos, os estudos dos processos mentais, cognitivos e os simbolismos existentes em cada grupo social, em cada pessoa, que possuem diferentes culturas, valores e até mesmo limites fisiológicos ou biológicos, para assim compreendermos melhor essa inter-relação homem versus natureza versus percepção.

Conforme coloca Tuan em seu livro *Topofilia* “sem a auto compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos” (TUAN, 1980 p.1). Esses problemas apontados pelo autor querem sejam econômicos, políticos e sociais, irá depender do cerne psicológico da percepção para a tomada de valores e atitudes, que dirijam ações governamentais e da sociedade civil para a conservação ambiental,

os objetos que percebemos são proporcionais ao tamanho do nosso corpo, à acuidade e a amplitude do nosso aparelho perceptivo a ao propósito. [...] a visão tridimensional permite aos seres humanos perceber o seu meio ambiente como consistindo contra um fundo indistinto o, e não simplesmente como padrões. [...] notamos arbustos, árvores e gramas, mas raramente as folhas individuais e as laminas; vemos a areia, mas não os seus grãos individuais (TUAN, 1980, p. 19-17).

Desta forma, Tuan defende que “[...] A percepção é uma atividade um estender-se para o mundo” (1980, p.14), corroborando com essa ideia Merleau-Ponty afirma [...] “ tudo que eu sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo” (2011, p. 3), desse modo,

o mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável. Há um mundo, ou antes, há o mundo; dessa tese constante de minha vida não posso nunca inteiramente dar razão (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 14).

O autor defende a ideia que a percepção não pode ser construída a partir do que é percebido apenas de fora, no mundo exterior, pois o que é percebido e apreendido ao mesmo tempo é dotado de um mundo interior, que está em constante exploração, vivenciados pelas pessoas por meio de seus aspectos momentâneos. [...] “ a percepção é, ao mesmo tempo, abertura à realidade tal como ela é e a experiência que fazemos dessa realidade” (CAMINHA, 2001, p. 17).

Assim sendo, a percepção é a experiência de referir-se a uma determinada realidade tal como ela se apresenta, portanto, o que é percebido pode estar presente no campo perceptivo

do indivíduo no qual está realizando o ato de perceber o seu entorno. Nesse sentido o catador informal de materiais recicláveis pode a partir da experiência adquirida no trabalho de catação, perceber que para além das questões relacionadas aos fatores de ordem socioeconômica, ele contribui para diminuir os impactos ambientais, pois vivenciam cotidianamente o contato direto com o meio ambiente,

não podemos falar da coisa no sentido de aparência, sem se submetê-la à percepção de nosso ponto de vista. O aparecer é impensável sem o sujeito perceptivo, capaz de acolher a doação do visível da coisa. [...] a descrição da aparência das coisas percebidas deve ser realizada a partir de nossa condição essencial de ser. [...] no fundo o sujeito é parte integrante do mundo que ele percebe (CAMINHA, 2001, p. 40).

Percepção ambiental está atrelada a maneira pela qual as pessoas vivenciam experiências relacionadas aos aspectos ambientais físicos presentes à sua volta, bem como os culturais, os históricos e os sociais. A percepção sinaliza e explica observações do mundo realizadas a partir da subjetividade do indivíduo, Merleau-Ponty (2011) relata que o homem está no mundo, e é neste ambiente que ele se conhece, pois, o mundo não é aquilo que se pensa, mas o que se vive, uma vez que, não se pode possuir o mundo, somente comunicar-se com ele por meio do processo da obtenção do conhecimento que pode ser adquirido através da percepção. Assim, a percepção pode ser construída com valores éticos compromissados no constructo de práticas consciente de proteção ambiental.

A consciência ambiental define uma crise de percepção vivida pelos cidadãos ao perceberem que “os recursos naturais estão se esgotando, a miséria está se disseminando e a poluição aumentando a cada dia” (CAPRA, 1993 p. 14). Os problemas ambientais podem ser decorrentes da evolução humana, que permitiu a sociedade, transformar, ajustar e adaptar o meio ambiente às suas necessidades, e como consequência dessa atitude a ruptura do homem e meio ambiente. Essa ruptura, especialmente na atualidade, vem ocasionando sérios prejuízos ambientais para a sociedade, uma vez que pode não ser possível a sobrevivência humana sem a utilização dos recursos naturais que se encontram cada vez mais escassos.

Torna-se necessário, portanto, desmistificar a ideia culturalmente construída que a racionalidade humana difere dos demais seres, que o homem exerce controle e está acima do meio em que habita. Assim, Sachs (1993), esclarece que é preciso mudar os padrões de oferta e de demanda de produtos, visto que, os atuais padrões de consumo no mundo estão além da capacidade de reposição da biosfera, o que impacta diretamente sobre os recursos naturais.

Camargo (2003) afirma que jamais alguma civilização teve em âmbito planetário o poder desestabilizador que tem a sociedade contemporânea, utiliza-se a natureza para o benefício humano, sem a preocupação em retribuir o que é retirado dela, ou seja, uma troca desigual, que dá origem a uma guerra irracional e desapiadada, a subsistência do homem consiste em conservar e repor o que foi extraído da natureza de maneira consciente, equilibrada e sustentável,

mas não nos iludamos, nós seres humanos, não temos chance de ganhar, pois a terra é ilimitadamente mais poderosa do que nós. Ela existiu, bem antes do surgimento do ser humano e pode, tranquilamente, continuar a viver sem a nossa presença” (BOFF, 2013, p. 23-24).

Neste contexto é possível perceber que o meio ambiente não é simplesmente um elemento exterior a nós mesmos, mas um complemento essencial a vida, sem o qual não existiria a humanidade. De acordo com Tuan (1980) esse processo de percepção entre homem/meio ambiente, é parte integrante das atitudes estabelecidas por meio de experiência adquirida no dia-a-dia, ou seja, no contato direto com o mundo concreto.

Esse contato com o ambiente físico envolve um processo complexo e dinâmico, pois permite o homem formar uma imagem acerca do ambiente e a partir dessa imagem direcionar suas práticas ou simplesmente inibi-las isso dependerá da subjetividade de cada indivíduo. Assim, a visão que cada pessoa tem do meio ambiente é única, ou seja, cada um enxerga de forma distinta o que está a sua volta podendo ter percepções diferentes sobre o mesmo objeto.

Pinheiro (2003) esclarece que o conhecimento acerca do ambiente está carregado de experiências e visões do mundo vivido, fundamentais para se conhecer o significado da percepção e dos valores. Conforme relata Marques *et al*, (2010), quando se ouve falar em meio ambiente pela mídia impressa ou verbal, cujos exemplos se reportam a florestas, animais, rios e mares, o indivíduo cria em sua memória um cenário de significados, assim, sempre que ouvir falar em meio ambiente relacionará as imagens que foram estabelecidos ao meio ambiente, pois as imagens ficam armazenadas no subconsciente e estarão sendo lembradas à medida que precisar,

a percepção é justamente uma interpretação com o fim de nos restituir a realidade objetiva, através da atribuição de significado aos objetos percebidos. Desta maneira quando se olha, sente e ouve algo, atribui-se a ele significado, que permanece constante na memória (OLIVEIRA, 1997, p. 62).

Para Cavalcanti *et al*, (2011) o conhecimento da percepção ambiental permite determinar as configurações da inter-relação pessoa-ambiente, na medida em que possibilita conhecer como o ser humano se relaciona com o ambiente, gerando assim compreensões sobre a necessidade de mudança de comportamento em relação a conservação ambiental e a sustentabilidade.

Essa mudança não acontece mecanicamente, não se pode produzir em laboratórios, ela vai se desencadeando mediante ao processo de desenvolvimento sustentável ancorado na educação ambiental, pela qual se constroem valores que definem as atitudes de respeito, de solidariedade, de equilíbrio, que permitirão um modo sustentável de viver.

No Decreto nº 7.704 (2010) traz notas sobre Educação Ambiental no Art. 77 estabelecendo que a gestão dos resíduos sólidos é parte integrante da Política Nacional de Resíduos Sólidos e tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

O Poder Público poderá adotar as seguintes medidas, visando o cumprimento da legislação: incentivar atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada; promover a articulação da educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos com a Política Nacional de Educação Ambiental; desenvolver ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e às suas responsabilidades no âmbito da responsabilidade compartilhada; promover a capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos e divulgar os conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos de modo sustentável.

Leff (2013) relata que possuir uma existência sustentável depende do tipo de compreensão que se assume como ser humano individual, ou seja, cada pessoa tem culturalmente, o seu modo de ser a partir das experiências vividas, das visões do mundo, das tradições e dos conhecimentos disponíveis, o que lhe atribui previamente o conhecimento de sustentabilidade. Por isso torna-se necessário que o indivíduo compreenda que faz parte do meio ambiente e precisa conservá-lo para continuar existindo,

aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum (CARTA DA TERRA, 2000, p. 2).

Moura Fé e Faria (2011), ao enunciar que a humanidade precisa reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo para garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos, coloca-se em evidência o trabalho dos catadores informais de materiais recicláveis, que, mesmo de forma anônima, vêm contribuindo para reduzir os impactos negativos ao ambiente. Os catadores informais ao estarem em contato diretamente com o ambiente físico, e coletarem os materiais recicláveis, podem ter percepções de memórias diferenciadas do meio ambiente, isso ocorre a partir de experiências concretas vividas no dia-a-dia trabalho de catação.

a memória é capaz de revelar os significados do ambiente local, as dinâmicas das relações que formaram determinado espaço. As relações dos seres humanos com o ambiente resultam do processo de dar significados e valores aos lugares. Dessa forma, os sujeitos imbuem na subjetividade simbologias do imaginário social dos lugares, resultados de espaços culturalmente formados (ALEXANDRE; OLIVEIRA, 2009, p. 300).

As descrições comuns em percepção Tuan (1980) menciona que o indivíduo percebe o mundo simultaneamente por meio dos cinco sentidos humanos (visão, olfato, paladar, tato e audição) e órgão de sentido mais exercitado, varia de acordo com o indivíduo e seu histórico cultural, podendo influenciar a percepção em relação ao meio ambiente, ou seja, diferentes visões do mundo em um ambiente semelhante.

Pelo fato do indivíduo de ter a visão do ambiente como um todo, não significa que está vendo a realidade, pois ela é percebida através de conceitos e símbolos. Okamoto (1996), coloca que muitas vezes apreender a realidade requer um aprofundamento de visão maior do que a que normalmente se tem. Essa apreensão se dá por meio da percepção,

diante do bombardeio de estímulos, são selecionados os aspectos de interesse ou que tenham chamado a atenção, e só aí é que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento), resultando em uma resposta que conduz a um comportamento (OKAMOTO, 1996, p.21).

Tuan (1980), esclarece que o meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente unidas, e é necessariamente construída dos elementos visíveis do social e físico de uma sociedade. A capacidade perceptiva pode identificar os elementos do mundo exterior, executando transformações por meio dos sentidos, “os sentidos compõem o mecanismo detector da energia e das substâncias químicas, invisíveis aos olhos humanos” (JORGE, 2011, p.10). Nessa perspectiva,

as relações das pessoas com o meio ambiente, do qual fazem parte, processam-se, também a partir da percepção que dele se tem, das atitudes nele tomadas e dos valores a ele atribuídos. São extremamente variadas as maneiras das pessoas perceberem e avaliarem o meio ambiente. Do mesmo modo, são inconstantes as atitudes das pessoas, pois, refletem elas variações individuais, bioquímicas, psicológicas, antropológicas e, de modo relevante, seu estilo de vida (XAVIER, 1996, p.11).

Na vida contemporânea, o contato físico com o próprio meio ambiental natural se encontra limitado, devido aos avanços tecnológicos, ao consumismo elevado, e por decorrência a geração exacerbada de resíduos. Como grande parte desses resíduos são lançados em vias públicas, surge o catador informal de materiais recicláveis que recolhem esses resíduos para posteriormente comercializar com os sucateiros; enquanto a população vê os resíduos como sendo algo inservível, o catador informal, vê como meio de sobrevivência.

Rosa (2011) expressa que processo de globalização da economia e a especulação financeira, têm contribuído para intensificar o aumento acelerado da concentração de renda por parte da minoria da sociedade e o empobrecimento de um contingente populacional em constante expansão. Esse insaciável processo de acumulação de riquezas, pode evidenciar o aceleramento destrutivo dos recursos naturais.

O catador informal de materiais recicláveis é partícipe do modo de produção capitalista, quando se incorpora ao processo do capital de geração de renda e comercializam seus materiais aos sucateiros que por sua vez, repassam para indústria recicladora, gerando novas mercadorias, a partir da reciclagem, detendo a maior lucratividade; faz parte também desse processo de produção que reveste de uma dimensão ambiental desmesurada, responsáveis por retirar das ruas, os resíduos descartados pela população.

Kuhnen (2011) expressa que a percepção envolve, vários aspectos da realidade, não apenas como subordinados à cognição ou às estruturas de desenvolvimento. Perceber também requer atuação no mundo, e a partir dessa atuação é construída a subjetividade.

Desse modo, conhecer como as pessoas percebem e valorizam o ambiente no qual estão inseridos é essencial para que os gestores de políticas públicas venham planejar ações socioeconômicas, ambientais, culturais, dentre outras e que atendam as demandas sociais, principalmente os catadores informais.

## **2.3 HISTÓRICO DOS CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

A origem dos catadores de materiais recicláveis de acordo Schmitt (1990) possui raízes históricas que podem ser encontradas na imagem de um indivíduo pobre, camponês, que circulavam nos espaços urbanos das cidades. Eram percebidos pela sociedade como marginais e se encontravam excluídos socialmente. Com a ascensão do capitalismo e o surgimento da Revolução Industrial eles passaram a ser considerado massa sobrando, destituídos de direitos, e sem qualificação profissional, que encontravam na atividade de catação uma forma de sobrevivência.

No contexto histórico brasileiro não existe a precisão de uma data, que indique o surgimento dos catadores informais de materiais recicláveis. Alguns relatos apontam a existência deles desde a década de 1930. Nessa época os catadores eram formados por grupos invisíveis socialmente, estigmatizados, por se encontrarem em condição de rua e coletarem sobras de resíduos orgânicos para se alimentarem (RIBEIRO e MORELLI, 2012). Contudo, Gonçalves (2011), aponta que a atividade de catadores de materiais recicláveis existe informalmente desde 1950; outrora, esses catadores eram conhecidos como garrafeiros, trapeiros e papeleiros, burro sem rabo, dentre outros. Essas expressões pejorativas, retratam a discriminação vivenciada pelos catadores na década de 50

De acordo com a Pastoral do Povo de Rua (2003), existem três tipos de catadores de materiais recicláveis: o primeiro tipo são os chamados de formiguinhas ou catadores de rua que recolhem os resíduos diretamente dos logradouros públicos ou diretamente nas casas e condomínios da população, podendo ser vistos separando o resíduo das lixeiras nas calçadas das cidades com seus equipamentos de trabalho, como carroças, carrinhos ou sacos de ráfia; o segundo são os que trabalham em usinas de triagem, incineração, associação e cooperativa, o terceiro tipo são aqueles que trabalham diretamente nos lixões recolhendo materiais recicláveis, reutilizáveis e reaproveitáveis, como alimentos, papel, papelão, alumínio, vidro



dentre outros, o público alvo desta pesquisa são os catadores classificados pela Pastoral do Povo de Rua como de primeiro tipo chamado catadores de rua.

Conforme esclarece Fé Moura e Faria (2011), a situação de trabalho dos catadores permaneceu durante muito tempo ignorada pela sociedade, tornando-os invisível, excluídos, explorados, eram vistos como um problema social encoberto pelas políticas públicas,

início dos anos 2000 eram raras as iniciativas de regulamentação das atividades dos catadores, das suas formas de produção e comercialização, suas instituições e representações políticas. [...] a atividade dos catadores de materiais recicláveis sempre foi precária, instável, segura e desprotegida. (Fé Moura e Faria, 2011, p. 19).

Em consonância com Silva (2010) os catadores informais de materiais recicláveis são considerados excluídos socialmente, entretanto esses trabalhadores cumprem papel decisivo no processo produtivo da indústria dos reciclados, visto que fornecem matéria prima para a reciclagem, viabilizando direta ou indiretamente o processo de transformação do resíduo em mercadoria, no entanto,

não é reconhecida a centralidade do papel do catador, no circuito produtivo, fato que o destitui do estatuto de trabalhador. A sua função, por excelência é a de resíduos sólidos, dos entulhos produzidos pela sociedade do descarte e do desperdício (SILVA, 2010, p. 131, 132).

Porém houve uma mudança no perfil socioeconômico do catador no decorrer dos anos, desde 2001, o CBO, reconheceu o trabalho de catação e foi concedido nome formal para a profissão: catadores de materiais recicláveis e por definição, “são pessoas que vivem e trabalham, individual e coletivamente, na atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis” (CBO, 2001, p. 11).

A classificação do catador de material reciclável, reconhecida pela CBO (2001) apresenta uma descrição sumária sobre o trabalho desenvolvido pelos catadores: catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão, sucatas, alumínio, materiais ferrosos e não ferrosos, cobre, dentre outros. As condições gerais para o exercício da profissão trazidas pela CBO (2001) podem ser por meio da informalidade, ou em, em cooperativas, a céu aberto e horários diversificados; não exige escolaridade ou formação profissional dos que desenvolvem esta atividade.

A PNRS (2010) reconhece a importância do trabalho exercido pelos catadores e institui como em um de seus princípios, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. Salienta-se a efetivação deste princípio nas esferas governamentais enquanto política pública em benefício dos catadores de materiais recicláveis.

Mesmo com o reconhecimento profissional a atividade de catação ainda tem fortes vínculos com níveis extremos de pobreza, de acordo com Moura Fé e Faria (2011), existem catadores que reviram latas, sacos de lixo, procurando algo para se alimentar, outros coletam os materiais recicláveis para a comercialização com o objetivo de promover o sustento familiar, para esses mesmos autores, “nos períodos de crise econômica e aumento do desemprego, novos contingentes de trabalhadores são descartados pelo processo de produção do capital” (2011, p 18). Assim, vem surgindo um número expressivo de catadores informais, que procuram a sobrevivência por meio da catação dos resíduos sólidos.

Nas últimas décadas, diante dos inúmeros problemas ambientais e sociais vivenciados no século XXI, o trabalho dos catadores que anteriormente era considerado invisível e excluído da economia e da sociedade civil vem conquistando direitos e reconhecimento que outrora não possuíam, alguns desses direitos adquiridos encontra-se na PNRS (2010) onde os catadores são considerados pela lei como agentes da gestão do resíduo sólido, e sua participação tanto na coleta seletiva como na separação dos resíduos para reciclagem, precisa ser priorizada pelos municípios.

O poder público tem dispensação de licitação para a contratação de serviços prestados por catadores organizados em associações ou cooperativas. Cabe ressaltar que a legislação citada, não inclui os catadores informais de materiais recicláveis, embora os mesmos desenvolvam um trabalho de extraordinária protuberância para o meio ambiente, na medida em que evita, diariamente, que toneladas de materiais recicláveis sejam enviados aos aterros e lixões, dando destino ambientalmente adequado aos resíduos sólidos e cumprindo os termos da lei 12.305 de 2010, reaproveitando, reutilizando, reciclando e contribuindo para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e dos recursos naturais.

## 2.4 A CONSTRUÇÃO DO PERFIL DOS CATADORES INFORMAIS

Os catadores informais de materiais recicláveis alcançaram o reconhecimento enquanto trabalhadores por meio do Código Brasileiro de Ocupações nº 5192-05 (CBO), obtiveram ainda um grande avanço nos aspectos de inclusão social com a criação, em 2010, do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) no qual foi instituído pelo Decreto nº 7.405/10. O CIISC é coordenado pela Secretária-geral da Presidência da República, composto por integrantes dos Ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; Previdência e Assistência Social, dentre outros.

O CIISC instituiu o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

Ademais, os catadores informais podem ter acesso aos benefícios propostos pela Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742/93 (LOAS), no art. 1º estabelece, que assistência por meio da inclusão social, é direito do cidadão e dever do Estado. É uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A LOAS tem como finalidade contribuir com a inclusão e a equidade dos indivíduos e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais que são programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza. De acordo com a referida lei, os catadores informais quando não conseguirem obter rentabilidade necessária ao seu sustento e/ou da família com a comercialização dos materiais recicláveis, podem ter acesso aos serviços ofertados pelas políticas públicas e se incluírem socialmente como cidadãos de direitos.

Outra forma de inclusão social dos catadores de materiais recicláveis é por meio da PNRS (2010), no Art. 4º, institui metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; o Art. 19º estabelece a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e

recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver; e mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos. No entanto a integração dos catadores de materiais recicláveis do estado de Sergipe, na PNRS, não se concretizou na íntegra conforme prevê a legislação, uma vez que, alguns catadores continuam trabalhando na informalidade.

O Decreto nº 7.404 de 23/12/2010 veio estabelecer normas para execução da PNRS, dentre os regulamentos destacam-se os seguintes artigos que priorizam a inserção dos catadores nas políticas públicas de inclusão social:

Art. 41. Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 43. A União deverá criar, por meio de regulamento específico, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 44. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar:

I – A possibilidade de dispensa de licitação para a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II – A melhoria das condições de trabalho dos catadores.

As políticas públicas ambientais e de inclusão social já estão consolidadas enquanto legislação, entretanto elas necessitam promover o reconhecimento da participação dos catadores de materiais recicláveis, como parte integrante da conservação ambiental, além de proporcionar a visibilidade para os catadores como trabalhadores socialmente reconhecidos e valorizados, visto que a catação de materiais recicláveis se tornou uma forma de trabalho legalizada pelo CBO.

## **2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA OS CATADORES**

Por definição de políticas públicas Rua (2009), descreve que são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade. O Estado Democrático de Direito, “assenta na constatação de que a economia de mercado não assegura, espontaneamente, a inclusão e o desenvolvimento social”, (Simões, 2009, p. 277), cabendo a intervenção do Estado no trato da questão social, por meio da implementação de políticas públicas, para atenuar as

desigualdades sociais, principalmente no que se refere aos catadores informais de materiais recicláveis, a partir do histórico de luta para se tornarem reconhecidos, na PNRS.

O pensamento Keynesiano<sup>6</sup> foi determinante para o incremento de políticas públicas e da seguridade social por preconizar a participação do Estado no desenvolvimento econômico por meio da ampliação de políticas sociais. A emergência do Estado de bem-estar social representava uma estratégia para responder à crise econômica<sup>7</sup> ocorrida mundialmente em 1929-1932, para a qual necessitava da intervenção do Estado na economia e nos condicionantes do mercado, buscando desenvolver políticas sociais capazes de fomentar o pleno emprego e o consumo, (BEHRING E BOSCHETTI, 2008).

Descrever sobre as políticas sociais, requer entendê-la como produto do protagonismo dos movimentos sociais proliferados pela classe trabalhadora no cenário nacional no final da década de 70 e início da década de 80 pós-redemocratização do Brasil. Alguns direitos foram alcançados por meio dos movimentos no período da ditadura militar (1964-1984); a exemplo da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), incorporando a Legião da Boa Vontade (LBA); o Banco Nacional de Habitação (BNH), dentre outros, entretanto alguns direitos eram celetistas, e àqueles destinados a população carente eram concedidos em forma beneficente.

As políticas públicas enquanto proteção social do Estado ao indivíduo, pautava-se exclusivamente pela lógica contratualista, ou seja, só era garantida aos contribuintes inseridos no mercado formal de trabalho, aquele que se encontravam fora deste contexto, teriam que procurar auxílio as entidades filantrópicas. Cabe destacar a inserção tardia da seguridade social brasileira no campo dos direitos seletivos da assistência social.

Farah (2001) expõe até o início da década de 1980, as políticas públicas no Brasil se caracterizavam pela centralização financeira e decisória na esfera federal, pela fragmentação setorial e institucional e pela exclusão da sociedade civil do processo de formulação, da implementação dos programas e do controle da ação governamental. Havia mecanismos de

---

<sup>6</sup> O welfare State (Estado de Bem-Estar Social) de Jonh Maynard Keynes (1883-1946), estabelecia que caberia ao estado, a partir de sua visão de conjunto o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 85).

<sup>7</sup> A crise de 1929-1932 ficou conhecida também como período da Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo. Teve início no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registrou a queda da Bolsa de Nova Iorque. Essa crise se difundiu pelo mundo, reduzindo a um terço do que era antes (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 68).

articulação entre o Estado e a sociedade, mas a incorporação dos atores ao processo decisório era excludente e seletiva. Com a democratização do País, a agenda de reforma das políticas públicas que então se definiu teve como eixos: a democratização dos processos decisórios com a descentralização e a participação dos cidadãos na formulação e implementação das políticas; e a equidade dos resultados das políticas públicas. Participaram dessa reforma, os movimentos sociais e diversas categorias profissionais envolvidos na prestação de serviços públicos, cuja atuação os colocava em contato direto tanto com a população atendida como com os excluídos do atendimento estatal.

De acordo com Rua (2009) a política pública é considerada resultante de uma série de atividades que, agrupadas, formam o processo político administrativo. Essa visão conduz os estudiosos a examinar como as decisões são ou poderiam ser tomadas, permitindo identificar e analisar os processos, os mecanismos e estratégias definidas para a realização de cada etapa, bem como o comportamento dos diferentes atores envolvidos no método de produção de uma política que venha beneficiar integralmente a população.

Para a mesma autora, a implementação das fases constitucionais de elaboração das políticas públicas, consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma determinada política pública, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções, passando a intervir na realidade da sociedade por meio do acompanhamento e do monitoramento.

O monitoramento e acompanhamento são instrumentos de gestão das políticas públicas, com intuito de facilitar a consecução dos objetivos pretendidos, atrelado a avaliação dos resultados alcançados por determinada política. Quanto avaliação da PNRS que contempla os catadores, o poder público precisa contar com a participação da sociedade no controle social na gestão tanto municipal quanto estadual, contudo, após seis (6) anos de implementação a referida lei não está contemplando os catadores informais, visto que, são mencionados na legislação de maneira globalizada inseridos no contexto de associação e cooperativas, àqueles que não pertencem ao conjunto estão destituídos do amparo legal.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2009, divulgou uma estatística nacional da população adulta que reside nas ruas, apontando que do universo de 50.000 entrevistados, 70,9% exerce alguma atividade informal e dentre elas encontra-se a catação de materiais recicláveis, cujos níveis de renda da população são considerados baixos, mais da metade (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 (vinte reais) e R\$ 80,00 (oitenta reais) semanais.

O objetivo da pesquisa proposta pelo MDS seria a inclusão das pessoas em situação de rua no Cadastro Único- Decreto nº 6.135 para programas sociais do Governo Federal, e a erradicação da extrema pobreza. O cadastramento propicia o acesso a serviços e benefícios da política da assistência social, bem como à rede das demais políticas públicas e ao sistema de justiça, em casos de violação de direitos. Vários serviços são ofertados para aqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência e todos eles são previstos pela Lei nº 8.212 da Seguridade Social<sup>8</sup> e da LOAS, e a assistência social não possui caráter contributivo. Contudo podem existir catadores informais que não beneficiados por esses serviços ofertados pelas políticas públicas.

Jaquetto e Goes (2016) relatam que a partir de 2013, a atividade de catação passou a ser contabilizada de forma clara e objetiva pelo MDS. Atualmente de acordo com informações do MDS, constam cadastrados: 49.181 catadores de materiais recicláveis, sendo que apenas 31.078 recebem algum tipo de benefício social. É importante salientar que o número total de catadores no Brasil não pôde ser estimado apenas pelo MDS, uma vez que, parte dos que têm a catação como atividade principal, ainda que isolados, muitas vezes a renda familiar está acima do limite estabelecido para admissão no cadastro.

Os benefícios ofertados pela LOAS por meio da seguridade social, podem ser adquiridos pelos catadores informais de materiais recicláveis, no âmbito familiar e/ou individual, bem como para aqueles que residem em situação de rua, desde que se enquadrem nos critérios instituídos pelo MDS, sendo que um desses critérios é ter renda familiar per capita por pessoa de até R\$ 85,00 mensais e ser inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, esse cadastramento pode ser realizado nos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS. O catador informal caso se enquadre nas normas para ter auxílio ao benefício básico, ele receberá o valor de R\$ 85,00 mensais, valor atualizado para o ano de 2016. Para além desse benefício supracitado existem outros estabelecidos pelas políticas sociais, dentre eles se encontram:

serviços socioassistenciais em âmbito nacional destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial-PSE de acordo com a PNAS são ofertados no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- CENTRO POP, a saber: ter acesso à documentação civil de modo a assegurar o direito da cidadania; alcançar autonomia e condições de bem-estar, ter acesso a serviços do sistema de proteção social e indicação de acesso a benefícios

---

<sup>8</sup>O art. 194 da C.F de 1988, define seguridade social como um conjunto integrado de ações e lhe dá características básicas: a iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade e a finalidade de assegurar os direitos à saúde, previdenciários e assistenciais (Simões, 2009, p. 275).

sociais e programas de transferência de renda, a exemplo do programa bolsa família; ser informado dos seus direitos e sobre como acessá-los; ter acesso ao Benefício de Prestação Continuada-BPC; acesso ao Serviço de Acolhimento Institucional (república, casa de passagem); acesso aos serviços de políticas públicas setoriais (de saúde, de habitação, de trabalho emprego e renda, de educação, de segurança alimentar e nutricional); oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização dentre outros. (SUAS e População em Situação de Rua, 2011, p.88,89, 94, 95,96).

A PNRS em vigor desde agosto de 2010, inova ao ter o trabalho do catador de materiais recicláveis como peça fundamental na gestão dos resíduos sólidos. Contudo deixa uma lacuna, quando deixa de mencionar os catadores informais, que são eficazes para a finitude dos lixões a céu aberto, e contribuem para redução dos impactos ambientais.

De acordo com Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2012 contabilizou-se em torno de 1 milhão de catadores no Brasil, dos quais apenas 187 mil participam do movimento. Dentre os desígnios de luta do movimento, estão a valorização da categoria profissional, a autogestão e o controle da cadeia da reciclagem (MNCR, 2012). Contudo, um número expressivo daqueles denominados informais ainda depende de intermediários para a venda dos materiais recicláveis, uma vez que não são cadastrados em cooperativas e associações, tampouco participam do movimento. Para que essa intermediação não venha ocorrer, seria preciso uma articulação entre o poder público e o setor privado, com criações de centrais de triagem, proporcionando ao catador informal, a venda direta dos materiais sem atravessadores, o que aumentaria o valor dos recicláveis e traria benefício socioeconômico para o catador.

Para isso seria necessário a capacitação dos catadores informais, por meio de cursos profissionalizantes exemplificando: técnicas de separação; acondicionamento dos materiais recicláveis; técnicas de vendas; métodos de prensagem; dentre outros. Esses cursos facilitariam o desempenho das novas funções no trabalho de catação, maximizando o processo de reciclagem no país, trazendo resultados positivos para o meio ambiente e para a geração de renda.

A política pública voltada aos catadores em consonância com a PNRS estabelece,

Art. 43. A União deverá criar, por meio de regulamento específico, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Art. 44. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar: I - a possibilidade de dispensa de licitação, nos termos do , para a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; II - o estímulo à capacitação, à incubação e ao fortalecimento



institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e III - a melhoria das condições de trabalho dos catadores (PNRS, 2010, p. 4).

O trabalho exercido pelos catadores informais torna-se cada vez mais imprescindível na contemporaneidade, visto que, a sociedade atrelada aos avanços tecnológicos tem se tornado cada vez mais consumista, gerando quantidades exacerbadas de resíduos sólidos, o descarte inadequado desses resíduos vem provocando a degradação da natureza.

Outrossim, o catador informal de material reciclável, aparece nesse cenário exercendo o trabalho de coleta dos resíduos lançados de forma imprópria no meio ambiente, evidenciando a categoria ocupacional, que mesmo diante da privação de alguns direitos constitucionais de inclusão social mediante as políticas públicas, continuam trafegando no caminho do “lixo” em busca de sobrevivência, e alguns podem não ter a percepção ambiental que contribuem na gestão de resíduos sólidos urbanos e na produtividade da reciclagem no país.

## **2.6 (IN) VISIBILIDADE DOS CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Os catadores de materiais recicláveis começaram a ter reconhecimento no Brasil a partir do surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O MNCR é um movimento social que há cerca de catorze anos organiza os catadores no país, pela autogestão do trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem (MNCR, 2015). A base orgânica<sup>9</sup> do MNCR acredita que os catadores são os primeiros agentes ambientais a reciclar a matéria prima que grande parte da sociedade chama de lixo<sup>10</sup>. E uma das bandeiras de luta é o devido pagamento pelo trabalho prestado a sociedade já que está provado que o trabalho dos catadores é mais eficiente na coleta seletiva que os caminhões

---

<sup>9</sup>Base Orgânica é auto-gestão, organização e participação dos catadores que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, com um critério de democracia direta em que todos têm voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo. Fonte: (MNCR, 2015, p. 1)

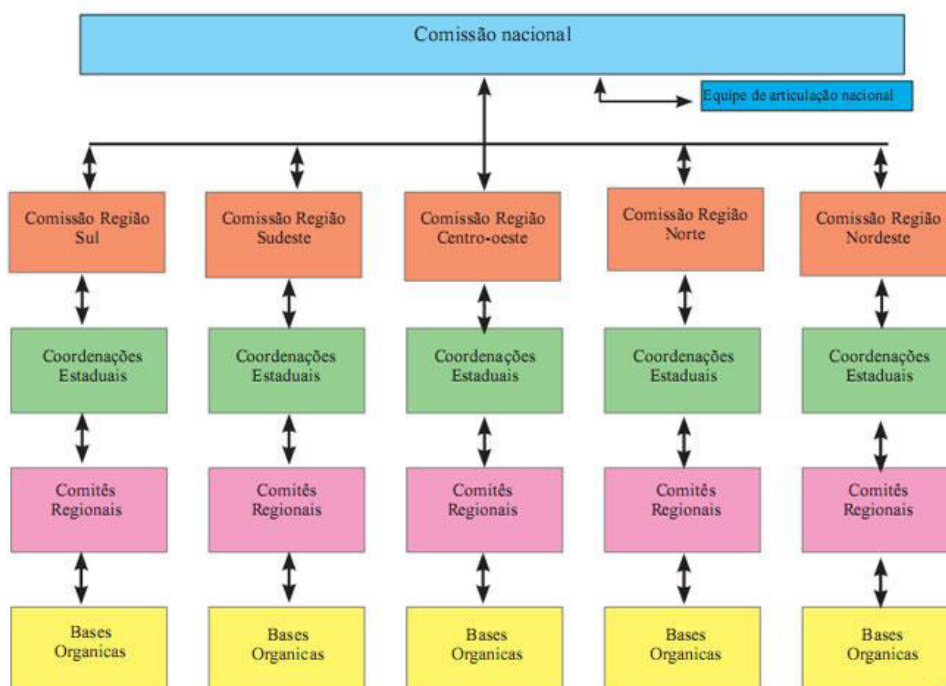
<sup>10</sup> “Entende-se por lixo sobras indesejáveis de dada atividade, palavra ainda muito utilizada, a despeito de sua colocação coloquial não, encerrar em seu significado a possibilidade de reaproveitamento, reutilização ou reciclagem”. (Barros, 2012, p. 17)

e aparatos do setor privado (MNCR, 2015 p. 1). A eficiência da atividade de catação apontada pelo MRCR, pode ser observado durante o desempenho laboral, uma vez que os catadores informais tendem a coletar os materiais antes que os caminhões realizem a o trabalho prestado aos setores públicos.

Quanto aos objetivos e princípios no artigo 3º do regimento interno, o MNCR busca garantir a independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também luta pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais. Buscando tecnologias viáveis que venham garantir o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que afiancem o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, adquirindo das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela contribuição dos catadores no processo da reciclagem.

Ressalta-se que o MNCR desde a sua fundação tem um histórico de luta em benefício dos catadores por meio de mobilizações o apoio na esfera do poder público federal, possibilitando ações direcionadas para o fortalecimento socioeconômico. O MNRC estruturou uma rede para representá-lo nos processos de mobilização nacional com a participação dos associados e cooperados, entretanto, não foram incluídos os catadores informais de materiais recicláveis, conforme pode ser visto na figura 1.

Figura 01. Organograma da representação da comissão nacional dos catadores



Fonte: MNCR, 2008.

O MNCR estabelece como método a democracia direta, na qual os espaços deliberativos do movimento são as bases orgânicas e os comitês regionais, possibilitando a participação dos catadores nos processos de mobilização. Nessa participação, cada comitê regional indica dois representantes para a coordenação estadual, que por sua vez indica dois delegados para a Comissão Nacional.

No que tange a execução de tarefas nacionais existe a equipe de articulação, com o objetivo de agilizar a execução de ações e articulações, instituindo um vínculo entre o movimento. Essa equipe é composta por cinco catadores das regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Entretanto é importante mencionar, que de acordo com MNRC para fazer parte de qualquer instância do movimento o catador deve estar unido a uma base orgânica e a um comitê regional, o que se leva a entender a exclusão do catador informal, visto que, ele pode não participa do MNCR, ficando a margem no tocante as decisões importantes relacionadas a categoria profissional.

A participação de catadores informais de materiais recicláveis se torna imprescindível no ambiente, contribuindo para minimizar os impactos ambientais negativos, pois evitam que os resíduos coletados sejam enviados a aterros sanitários, ou lixões. Ademais, existem

catadores informais que encontram nesse trabalho a única estratégia de sobrevivência em face às inúmeras expressões da questão social.

O Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) divulgou que em 2012 os catadores de materiais recicláveis foram responsáveis por 18% dos resíduos separados para reciclagem no Brasil no ano, ficando o restante a cargo dos atacadistas de materiais recicláveis, que muitas vezes incorporam catadores informais como mão de obra, sem vínculo empregatício, o que não está de acordo com os critérios estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou seja, existem catadores informais que ainda continuam exercendo o trabalho na informalidade e/ou não participam do MNRC. No Brasil atualmente, de acordo com o CEMPRE, tem em torno de um milhão de catadores de materiais recicláveis, mas apenas uma pequena parte está organizada em cooperativas.

Para viabilizar a inclusão dos catadores no contexto socioeconômico em âmbito nacional foi criada a PNRS, 2010. Após vinte anos em processo de tramitação no Congresso Nacional Brasileiro, essa política veio como um marco regulatório no país, pois menciona entre artigos e incisos por trinta e três vezes a palavra catadores. Contudo, privilegia apenas os catadores que participam de cooperativas e associações, e não retrata o catador informal que trabalha nas ruas, conforme se observa, a seguir, no art. 44 da PNRS, 2010.

Art. 44. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar: I – a possibilidade de dispensa de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; II – o estímulo à capacitação, à incubação e ao fortalecimento institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e III – a melhoria das condições de trabalho dos catadores. Parágrafo único. Para o atendimento do disposto nos incisos II e III do caput, poderão ser celebrados contratos, convênios ou outros instrumentos de colaboração com pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, observada a legislação vigente (PNRS, 2010 p. 20).

Para essa lei ter eficácia alguns desafios precisam ser vencidos, como por exemplo, o reconhecimento dos catadores informais enquanto categoria profissional, maior efetividade no cumprimento e fiscalização. Mesmo com a implantação da referida lei há mais de 6 (seis) anos, existem catadores que continuam exercendo o trabalho na informalidade, necessitando, portanto, de estudos que revelem a importância perceptiva do catador informal no tocante a conservação ambiental, bem como o seu reconhecimento perante os órgãos públicos.

O trabalho realizado pelos catadores informais de materiais recicláveis é uma atividade que não exige meios tecnológicos para a sua realização, não requer qualificação profissional e seu retorno financeiro é imediato, esses fatores podem ser considerados elementos predominantes de resistência para a saída da informalidade e posteriormente o ingresso no trabalho formal por meio de cooperativas e/ou associações.

Demajorovic e Lima (2013) destacam que o trabalho dos catadores informais que coletam nas ruas e no comércio é exaustivo pelo fato de percorrerem longas jornadas sem equipamentos de proteção e com transporte inadequado para a coleta. Pela condição precária de trabalho, o excesso do peso transportado, o contato direto com os resíduos sólidos, a exposição as situações de contaminação biológica e riscos ergonômicos que podem interferir nas características psicofisiológicas dos catadores informais, afetando diretamente a saúde física dos catadores. Além dos riscos em relação a saúde, ainda são considerados socialmente invisíveis perante sociedade e os órgãos governamentais, apesar de exercerem o papel de agentes ambientais.

Para Ribeiro e Morelli (2012) a invisibilidade vivida no cotidiano pelos catadores informais tanto na esfera social, como econômica é uma realidade na conjuntura brasileira, primeiro por não serem aceitos como cidadãos, e segundo pelo seu trabalho caracterizado pelo recolhimento de resíduos sólidos, não sendo visto como um trabalho socialmente reconhecido e valorizado. Por meio das figuras 02, 03 e 04 (respectivamente) pesquisa de campo, pode ser observado o trabalho dos catadores no cotidiano das ruas da cidade de Aracaju no Estado de Sergipe.

Assim, analisar a percepção ambiental que os catadores informais de materiais recicláveis têm sobre o meio ambiente em Aracaju-Sergipe, bem como o acesso desses catadores na política inclusão social é imprescindível à realização dessa pesquisa para o meio acadêmico, a sociedade e os governantes.

Figura 02. Trabalho dos catadores informais no cotidiano das ruas



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Figura 03. Trabalho dos catadores informais no cotidiano das ruas



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Figura 04. Trabalho dos catadores informais no cotidiano das ruas



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Essas imagens retratam o trabalho cotidiano dos catadores informais de materiais recicláveis nas ruas de Aracaju-Sergipe local da pesquisa em campo, imagens que procura retratar o valor da atividade laboral exercida por eles no tocante a conservação ambiental. Essa atividade precisa ganhar visibilidade perante aos órgãos públicos, empresas e sociedade, visto que parte do processo no mercado da reciclagem iniciam por eles ao coletarem os resíduos, contudo alguns não possuem meios (transportes, maquinários, equipamentos, dentre outros) suficientes para comercializarem os recicláveis diretamente com a empresa recicladora. A inclusão social dos catadores informais nas políticas públicas não pode ser vista como filantropia ou assistencialismo, precisa ser incorporada na íntegra como direito estabelecido constitucionalmente.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**



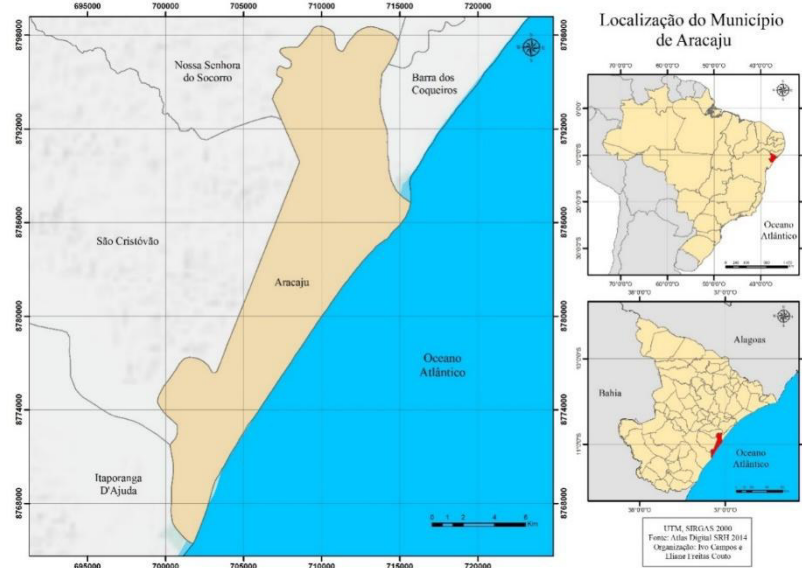
### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Área de Estudo**

A pesquisa em campo foi realizada nos meses de junho a setembro de 2016, no município de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, localizado na parte ocidental da Região Nordeste brasileira, entre os paralelos 9°31'54" e 11°34'12" de latitude sul e os meridianos 36°24'27" e 38°11'20" de longitude oeste. Com uma área territorial de 21.094 m<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com o Estado de Alagoas; ao sul e ao oeste com o Estado da Bahia e a leste pelo Oceano Atlântico; ocupa uma faixa litorânea com 120 km de largura e 163 km de extensão de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); é constituído por setenta e cinco municípios, agrupado em três mesorregiões geográficas: Sertão Sergipano; Agreste Sergipano e o Leste Sergipano.

A população de Aracaju estimada em 2015 era de aproximadamente 632.744 habitantes, IBGE (2015). Conforme localização geográfica visualizada na figura 05. A capital sergipana distingue predominantemente como um município urbano que não possui zona rural, tornou-se dependente de outras localidades, Bitencourt (2015). Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010 foi de 0,770 e o rendimento mensal domiciliar per capita da população residente em 2015 era de R\$ 782,00 (setecentos e oitenta e dois reais).

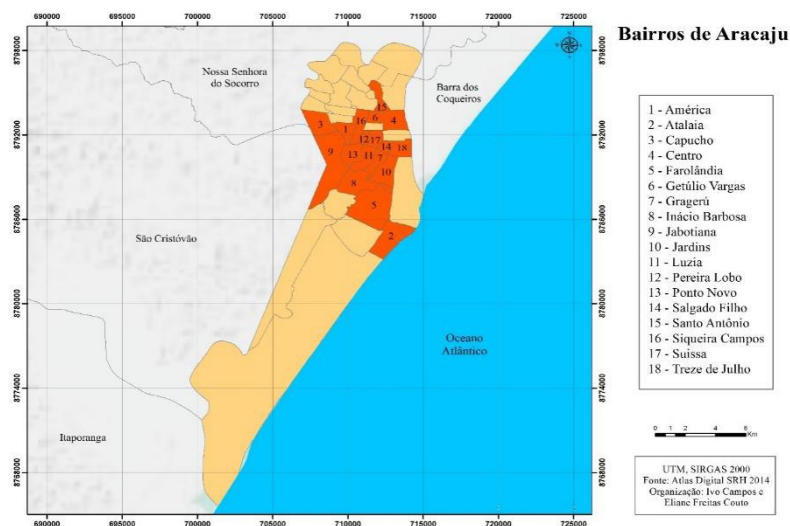
Figura 05. Mapa de localização da cidade de Aracaju/SE



Fonte: Atlas Digital SRH, 2014

Atualmente a cidade Aracajuana possui 39 bairros, dos quais foram selecionados para essa pesquisa os bairros: Centro, Getúlio Vargas, Ponto Novo, Pereira Lobo, Suíssa, 13 de Julho, Salgado Filho, América, Siqueira Campos, Jabotiana, Capucho, Santo Antônio, Inácio Barbosa, Grageru, Luzia, Jardins, Farolândia e Atalaia, como pode ser observado na figura 06.

Figura 06. Mapa de localização dos bairros de Aracaju selecionados para pesquisa de campo



Fonte: Atlas Digital SRH, 2014.

A escolha dos 18 (dezoitos) bairros, para a pesquisa, deu-se mediante levantamento prévio, por meio de observação *in loco*, cujo diagnóstico possibilitou a identificação da presença elevada de catadores informais nesses bairros.

### 3.2 Universo da pesquisa

A pesquisa foi dividida em duas fases: a primeira foi um diagnóstico prévio mediante a observação *in loco*, na qual foi identificada uma quantidade variada de catadores informais nos bairros, possibilitando assim a realização da pesquisa; após esse levantamento foram realizadas as entrevistas tendo como público alvo os catadores informais, utilizando-se a técnica de amostragem *Snowball Sampling*, conhecida como Bola de Neve. Essa técnica é importante quando é difícil identificar o número exato da população em potencial para a amostra. Foi escolhido um catador aleatoriamente, que será identificado pela pesquisa por meio de nome fictício (por siglas C01, C02 sequencialmente) e se deu o procedimento da entrevista, logo após foi solicitado que ele identificasse outros catadores informais que poderiam participar da pesquisa.

Para Baldin e Munhoz (2011), a técnica Bola de Neve é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais no qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam outros e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto ou o ponto de adensamento, momento no qual os entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes a pesquisa.

Das mulheres que participaram da pesquisa 8 (oito) não aceitaram, já que não se identificavam como catadoras, relatando que juntavam os materiais recicláveis para revender e adquirir rendas complementares, ou seja, mantiveram a identidade como donas de casa, no entanto, indicaram novos catadores. Desta forma entrevistou-se 100 (cem) catadores, representando 77,0% do sexo masculino e 23,0% do sexo feminino.

Foram aplicados dois tipos de entrevistas: a primeira de forma individual aos catadores informais de materiais recicláveis; nos próprios locais de coleta, tais como: ruas, condomínios residenciais, prédios e comércios em geral; e a segunda entrevista foi realizada individualmente ao Secretário Municipal do Meio Ambiente (SEMA) e ao Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). As entrevistas estruturadas e

semiestruturadas foram aplicadas com a finalidade de responder os objetivos propostos da pesquisa.

### 3.3 Levantamento e coleta de dados

A realização da pesquisa se baseou no levantamento bibliográfico, por meio de leituras que trataram a temática partindo de uma visão geral até a específica, abrangendo livros, dissertações, teses, periódicos científicos. De acordo com Trujillo (1974), a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A pesquisa de campo seguiu os critérios de Marconi e Lakatos (2010) que antes de iniciar qualquer pesquisa *in loco* o primeiro passo é a análise minuciosa de todas as fontes documentais que sirvam de suporte à investigação projetada, “ a pesquisa bibliográfica e de campo, pode ser executada concomitantemente” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 143).

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas estruturada e semiestruturada, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), a entrevista é um procedimento utilizado na investigação social e para auxiliar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social, tendo como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.

A entrevista estruturada foi respaldada por um roteiro organizado com antecedência, caracterizando-se por ser estruturada com perguntas previamente criadas, visando estreitar as possibilidades do entrevistador de não poder alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas. A entrevista semiestruturada, possibilitou respostas que se adaptaram dentro de uma conversação informal, permitindo ao entrevistador a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, explorando mais amplamente uma questão (LAKATOS; MARCONI, 2003).

As respostas das entrevistas foram anotadas no momento em que as mesmas ocorreram, o que facilitou maior fidelidade e veracidade das informações, posteriormente as respostas foram transcritas, tabuladas e avaliadas por meio da análise de conteúdo.

### 3.4 Método e Técnicas de Pesquisa

#### 3.4.1 Método Fenomenológico

A Fenomenologia surgiu na Alemanha no final da idade moderna, primeiramente como um movimento filosófico. Inamaneul Kant foi o primeiro pensador que introduziu uma nova forma de fazer filosofia, retomada posteriormente por Edmund Husserl; a fenomenologia significou um dos movimentos mais importante do século XX. Para Husserl (2000) a fenomenologia possibilita a retomada da humanização da ciência, estabelecendo uma nova relação entre sujeito e objeto, homem e mundo, considerando-os polos inseparáveis, sob dois traços fundamentais: identificar o fenômeno e sua essência, conforme relata Triviños,

tudo o que eu sei do mundo, mesmo devido a ciência, o sei a partir da minha visão pessoal ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência nada significariam. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido e, se quisermos pensar na própria ciência com rigor, apreciar exatamente o seu sentido e seu alcance, convém despertarmos primeiramente esta experiência do mundo da qual ela é expressão segunda (TRIVINÓS,1987 p.43).

De acordo com Alexandre e Oliveira (2009) o método fenomenológico procura apreender, por meio dos acontecimentos e dos fatos empíricos, as essências, ou seja, as significações ideais percebidas diretamente pela intuição. Trabalha com os dados fornecidos através da descrição. No entanto, vai além dos dados, propõe análise e interpretação dos mesmos, sendo que estes são vistos, sentidos, vividos e experienciados pelos sujeitos, por meio da racionalidade.

Merleau-Ponty (2011)) considera essa racionalidade exatamente proporcional às experiências nas quais ela se revela, ou seja, na racionalidade as perspectivas se confrontam, as percepções se confirmam e um sentido racional transparece na interseção das experiências que vivenciadas pelo indivíduo.

Para Sadala (2004, p.2) “a fenomenologia propõe descrever o fenômeno, e não o elucidar ou procurar relações causais volta-se para as coisas mesmas como elas se manifestam. Voltar às coisas mesmas significa voltar ao mundo da experiência considerando que, antes da realidade objetiva, há um sujeito que a vivencia; antes da objetividade há um mundo pre-dado, igualmente de todo conhecimento, há uma vida que o fundamentou”, para essa mesma autora,

ao investigar um fenômeno partindo das experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa obtém as descrições desses sujeitos a respeito da sua experiência e tem em mãos discursos significativos e passíveis de serem compreendidos e desvelados na sua essência (SADALA, 2004, p 3).

Assim, a fenomenologia “não se explica por meio de leis nem se deduz à base de princípios, mas apenas vê, imediatamente, o que se acha ante a consciência, sob uma forma objetiva. A objetividade, nesse intento, é considerada como a busca da essência e análise da existência (Ribeiro *et al*, 2009. p.3). Nesse contexto, a pesquisa utilizou a fenomenologia e o método análise do conteúdo, com o objetivo central de analisar as percepções ambientais dos catadores informais de materiais recicláveis, interpretando as respostas a partir das experiências vividas no trabalho de catação que cada um realiza de maneira individual, ao trafegarem nos múltiplos ambientes pelos quais eles percorrem cotidianamente.

### **3.4.2 Técnicas e Análise da Pesquisa**

A pesquisa exploratória conforme afirma Marconi e Lakatos (2010) se trata de uma investigação empírica que tem como objetivo formular questões, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa, ou modificar e clarificar conceitos.

A abordagem foi qualitativa possibilitando o contato direto com os entrevistados e a realidade que trabalham no contexto da temática da pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2010) versa uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento com foco no indivíduo e seu contexto local. Conforme esses mesmos autores a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permitiu recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Fonseca (2002) explana que diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na

objetividade, recorrendo à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, dentre outros.

Os dados quantitativos obtidos na pesquisa de campo foram tabulados, analisados e interpretados, mediante planilhas Microsoft Office Excel 2013, possibilitando maior compreensão dos dados.

Para análise e interpretações das informações obtidas por meio da realização de entrevistas foi utilizado o método análise de conteúdo, de modo a que se pode levar “a cabo de inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor” (BARDIN, 2011, p. 146). As etapas da análise de conteúdo constituem-se em:

a) pré-análise que caracteriza pela organização e exploração do material, tais como, leitura flutuante, hipóteses, e elaboração de categorias que fundamentem a interpretação b) dados decodificados que são os tratamentos dos resultados, ou seja, a interpretação e c) categorização que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças (BARDIN, 2011, p. 125).

CAREGNATO *et al*, (2006) afirma que a interpretação da análise de conteúdo poderá ser tanto quantitativa quanto qualitativa, visto que trabalha com o conteúdo esperando compreender o pensamento do sujeito através do teor expresso no texto, supondo a transparência da linguagem.

Visando no texto justamente uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que a ele estão ligados por categorias de análises. As respostas das entrevistas foram interpretadas e analisadas, “o que correspondem a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses” (BARDIN, 2011 p.145), pois elas constituem-se o núcleo central da pesquisa.

Para Best (1972) representa também a aplicação lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação. A importância dos dados não está em si mesma, mas em proporcionarem respostas às investigações sobre a temática proposta, portanto as análises serão realizadas por meio de categorização.

A categorização para Bardin (2011) é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento com critérios previamente definidos. Classificar elementos em categorias impôs a investigação do

que cada um deles tinha em comum com os outros. O que permitiu o seu agrupamento foi a parte comum existente entre eles, dessa forma, as entrevistas da pesquisa conteve conjuntos de perguntas por categorização de modo que possibilitou alcançar os objetivos propostos na pesquisa, assim, foram utilizadas as seguintes categorias:

Para os catadores informais: a) trabalho informal de catação de materiais recicláveis; b) saúde/riscos na atividade de catação; c) percepção em relação ao meio ambiente; e) inclusão social nas políticas governamentais.

Para os Secretários das respectivas secretarias: SEMA e SEMARH as categorias a saber: a) cadastramento dos catadores informais; b) inclusão dos catadores informais nas políticas governamentais; c) perspectivas para os catadores no tocante a coleta seletiva em Aracaju. Em sequência, as figuras 07, 08 e 09 (respectivamente) apresentarão imagens dos catadores informais exercendo a coleta dos materiais recicláveis.

Figura 07. Catadores informais exercendo a coleta dos materiais recicláveis



Fonte: pesquisa de campo, 2016



Figura 08. Catadores informais exercendo a coleta dos materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Figura 09. Catadores informais exercendo a coleta dos materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das análises alcançadas pelas entrevistas foi possível evidenciar, que os catadores informais de materiais recicláveis exercem uma atividade utilitária para a sociedade, poder público e meio ambiente. No entanto poderiam obter reconhecimento socioeconômico dos órgãos governamentais, contrato formal de trabalho e uma remuneração compatível ao mercado pago a um agente de limpeza, já que alguns não conseguem alcançar mensalmente o valor de um salário mínimo com a comercialização dos resíduos. Convém destacar que o fator econômico na venda dos recicláveis para alguns catadores informais é uns dos critérios de manutenção e sobrevivência pessoal e familiar, porém os mesmos almejam a inclusão nas políticas sociais vigentes, bem como a inserção em cursos profissionalizantes.

Durante o procedimento na realização das entrevistas foi divulgado pela pesquisadora aos catadores informais o acesso às políticas públicas de inclusão social. A divulgação expressou um compromisso como profissional da Assistência Social para concretização das políticas sociais no intuito de propiciar o acesso a serviços e os benefícios ofertados pela LOAS.

Quanto aos serviços mencionados foi apresentado aos catadores informais o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, trata-se de um instrumento de coleta de dados que possibilita a identificação e caracterização de famílias ou indivíduos de baixa renda. Esses serviços são ofertados nas 16 (dezesesseis) unidades do CRAS em Aracaju/SE localizados em diversos bairros (inclusive alguns bairros contemplados pela pesquisa como: Suissa, São José, Pereira Lobo, Luzia, Getúlio Vargas, Grageru, 13 de Julho, Siqueira Campos, América, Jardins, Atalaia, Ponto Novo dentre outros) proporcionando aos catadores informais as informações cabíveis para ao acesso aos serviços na rede socioassistenciais dentre eles: encaminhamento para documentação de identificação pessoal em caso de perda ou extravio, acesso ao BPC, inclusão nos programas de transferência de renda, mediante demanda e perfil, políticas setoriais da saúde, habitação, trabalho e renda, órgão de defesa de direitos, segurança pública, instituições de ensino, segurança alimentar e nutricional, dentre outros.

A promoção dessa ação juntamente com a entrevista, contribuiu para que alguns catadores informais de materiais recicláveis adquirissem informações sobre a inclusão social por meio das políticas públicas vigentes, visto que surgiram no decorrer da entrevista em campo diversos questionamentos sobre essas políticas e como acessá-las. Essas informações

repassadas aos entrevistados poderão estimulá-los ao desenvolvimento de participação social e exercício da cidadania, bem como o empoderamento e conhecimento sobre a garantia de direitos fortalecendo o protagonismo social. Nessa perspectiva os catadores informais poderão se integrar a outras políticas públicas, visando à mobilização junto aos segmentos para o enfrentamento de situações adversas e a luta por interesses coletivos referidos legalmente na PNRS (2010). O Decreto nº 7.704 (2010) no Art 43 estabelece que a União deverá criar, por meio de regulamento específico, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, uma vez que eles participam diretamente do trabalho de catação como agentes ambientais.

Os catadores informais possuem a percepção ambiental como forma de contribuição para a sociedade e para a prefeitura local, visto que se percebem inseridos como parte da conservação do meio ambiente. Sabe-se que essa conservação é uma questão que está sendo debatida a nível mundial por décadas, de tal maneira existem diversas legislações ambientais e nesse quesito a população precisa participar ativamente por meio de subsídios que possam conservar os recursos naturais para presente e o futuro. Os catadores mesmo na informalidade exercem a função de agentes ambientais, quanto ao recolhimento dos resíduos nas ruas, prevenindo a deterioração ambiental.

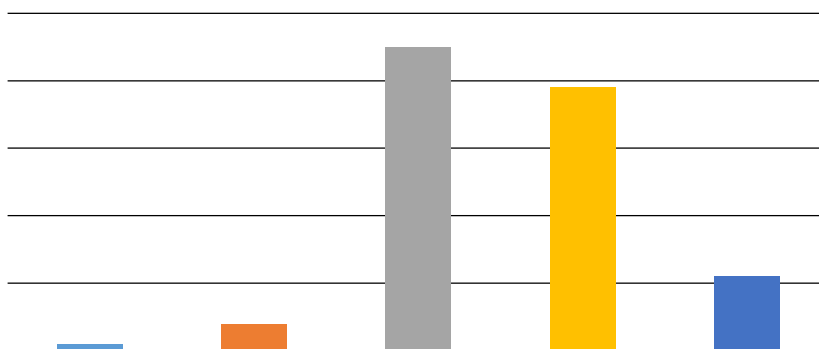
As respostas obtidas durante as entrevistas dos catadores informais foram agrupadas e analisadas por categorias, principiando pelo trabalho informal de catação de materiais recicláveis, saúde/riscos na atividade de catação, percepção em relação ao meio ambiente e inclusão social nas políticas governamentais.

Para os Secretários da SEMA e SEMARH o agrupamento iniciou pelo cadastramento dos catadores informais, inclusão dos catadores informais nas políticas governamentais, perspectivas para os catadores no tocante a coleta seletiva em Aracaju-Sergipe. Cabe salientar que as análises das categorias sucederão à medida da exposição dos resultados adquiridos por meio das entrevistas.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, divulgou em uma pesquisa realizada com catadores que o sexo masculino (68,9%) é dominante entre as pessoas que exercem a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país. Os percentuais apontados nesta pesquisa foram semelhantes ao IPEA, evidenciam que o trabalho de catação de materiais recicláveis é executado majoritariamente por homens, representando 77,0% do

universo pesquisado e 23,0 % por mulheres. O gráfico 1, a seguir, apresenta a faixa etária dos entrevistados, no qual, a sua maioria (45,0%) possuem idades entre 19 a 45 anos, (39,0 %) entre 46 a 59 anos, (11,0 %) acima de 60 anos, (4,0%) entre 15 a 18 anos, (1,0%) até 14 anos. O poder público ao ter conhecimento dos dados apontados pela pesquisa, com relação faixa etária dos entrevistados, poderá por meio das políticas sociais instituírem mecanismos de acesso à inclusão dos catadores informais, o que permitiria o ingresso dos mesmos em cooperativas ou associações, conforme a legislação em vigor PNRS (2010). Demajoric e Lima (2013) abordam que diversos especialistas têm defendido o estímulo dos catadores informais por meio de parcerias entre cooperativas e as prefeituras, o que asseguraria a inclusão social, a melhor distribuição de renda, garantindo condições dignas de trabalho. Santos e Gimenez (2015) apontam que as transformações das políticas públicas brasileiras na atualidade, foram determinantes para facilitar o acesso a atividade laboral formal e informal.

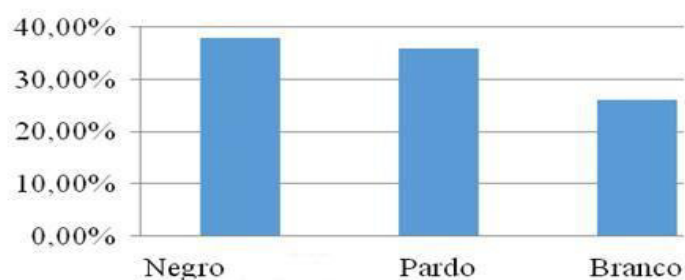
Gráfico 01. Faixa Etária dos Entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

De acordo com o IBGE (2012), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que sintetiza a situação social dos catadores de material reciclável no Brasil, indicou que 66,1%, de um universo 387 mil, consideravam-se negros e pardos. No gráfico 2, quanto à cor/raça dos catadores, a presente pesquisa revelou que a atividade de catação de materiais recicláveis possui um caráter racial admitido entre os participantes, visto que, 38,00% consideram-se negros, 36,00% pardos, 26,0% brancos.

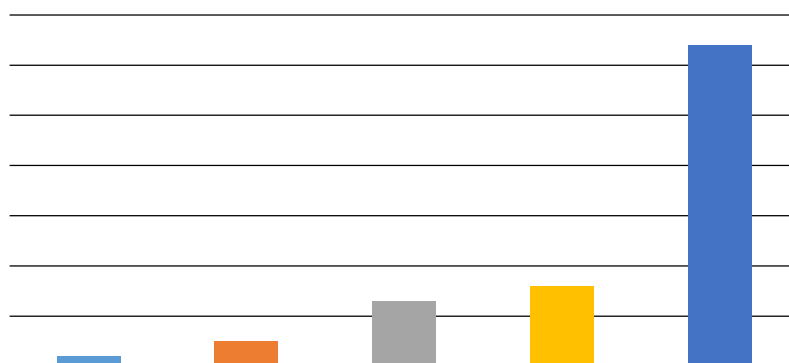
Gráfico 02. Cor/raça dos catadores informais de materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

O IPEA assinalou dados estatísticos no qual 62,66% se declararam solteiros em um universo de 74 (setenta e quatro) catadores entrevistados. A pesquisa em foco quanto ao estado civil, pode ser observado, no gráfico 3, onde (64,0%) dos participantes se autodenominaram ser solteiros, (16,0 %) casados (13,0%), união estável) (5,0 %) divorciados e (2,0%) viúvos.

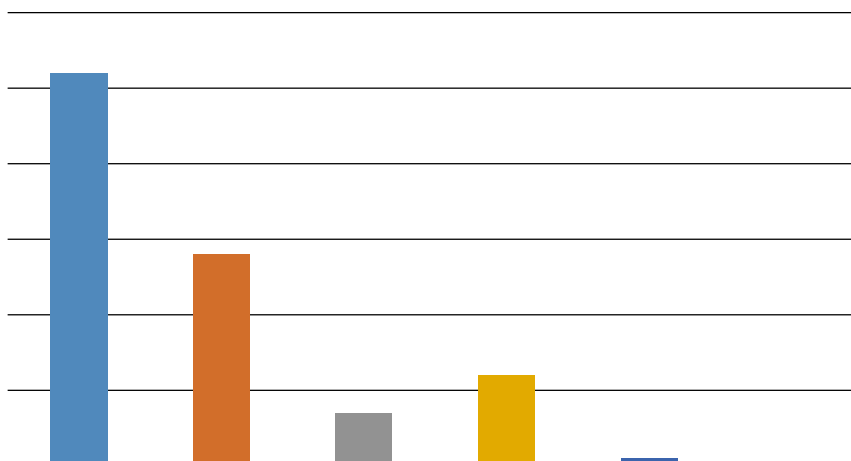
Gráfico 03. Estado Civil dos Catadores Informais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Dos catadores informais 83,0% narraram terem frequentando a escola, nas séries iniciais, porém 17,0% destes não deram continuidade aos estudos. Dos entrevistados (52,0%) revelaram ter ensino fundamental incompleto, (28,0%) ensino fundamental completo, (7,0%) ensino médio incompleto, (12,0%) ensino médio completo, (1,0%) ensino superior, conforme apresentado no gráfico 4, de acordo com Filho e Rosa (2011), a baixa escolaridade pode influenciar a escolha pela profissão de catador de materiais recicláveis, visto que a mesma não exige grau de formação elevado.

Gráfico 04. Escolaridade dos Catadores



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

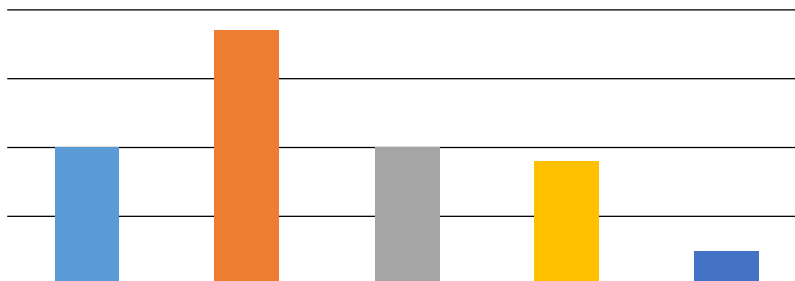
O percentual de catadores que se auto declararam trabalhadores informais foi elevado 87,0%, àqueles que não consideraram como informais representou 13,0%. Esse resultado pode ser visto a partir dos relatos trazidos pelos entrevistados, sobre a escolha de exercer um ofício informal, visto que, podem trabalhar em horários flexíveis, terem autonomia e serem seus próprios patrões, podendo ficar com toda a renda adquirida com a comercialização dos materiais recicláveis, conforme falas dos entrevistados:

“trabalhar no horário que eu quiser, é bom, pois escolho quando quero trabalhar, onde quero trabalhar, e ainda fico com todo dinheiro pra mim. Não preciso dividir meu lucro, nem aguentar enjoo de gente mandando em mim.” (C 21, 2016).  
 “saio quando quiser para trabalhar, tenho liberdade para fazer o que quero, e no final do dia, ganho meu dinheiro livre, todo dia tenho dinheiro, pouco, mas tenho. Se trabalhasse fichado não teria grana todo dia” (C 11, 2016).

Conforme relata Couto (2006) um contingente expressivo de pessoas tem procurado garantir a subsistência coletando materiais recicláveis, a autora destaca “tratar-se de um fenômeno social com profundas raízes no desemprego, na precariedade do trabalho, na falta de perspectivas e de oportunidades, que tem resultado em um número cada vez mais crescente de trabalhadores vivendo da exploração dos refugos” (2006, p.312). Dados da pesquisa revelam que (37,0%) dos catadores está há mais de 5 (cinco) anos exercendo o trabalho informal na coleta de materiais de recicláveis, (20,0%) de 6 a 10 anos, (20,0%) até 1 ano, (18,0%) de 11 a 20 anos e (5,0%) acima de 21 anos, apresentados no gráfico 5, o que pode se observar que alguns têm encontrado no trabalho informal o meio para garantir a

sustentação de vida, “ buscar nos resíduos a sobrevivência é uma forma de resistir às condições de exclusão e exploração” (PINHEL *et al*, p. 55, 2011).

Gráfico 05. Tempo de exercício no trabalho de catação de materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Com relação já terem possuídos contrato de trabalho formal por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) 52,0% relataram que nunca tiveram registro, entretanto 48,0% já tiveram algum trabalho formal. De acordo com Matsuo (2009) o trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência frente à perda de uma ocupação formal, quanto uma opção de vida para alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver seu próprio negócio para obtenção de uma maior rentabilidade. Conforme as falas dos entrevistados,

“trabalho como catador para comprar comida e sobreviver, estava desempregado, emprego tava difícil” (C 63, 2016).

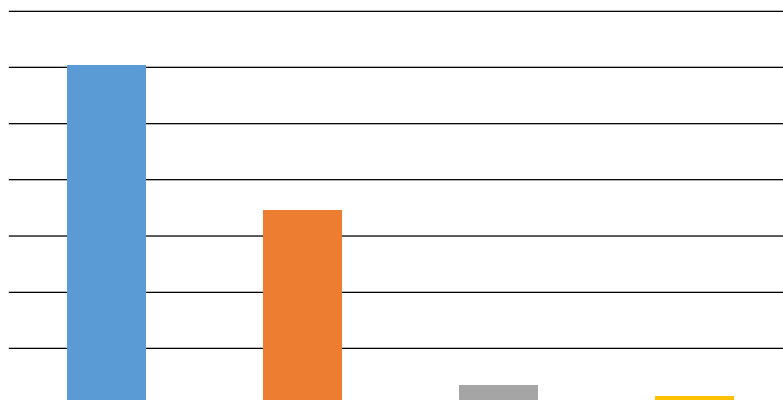
“não tem emprego nem para agente de limpeza, houve a mudança de governo, agora ficou pior. Falta emprego. Com a família toda desempregada, preciso de renda para garantir a sobrevivência” (C 84), 2016).

“já trabalhei como repositor em supermercado, no trabalho de catar lixo é melhor do que ficar se humilhando em emprego para ganhar um salário mínimo” (C 29, 2016).

Quanto horário da atividade exercida pelos entrevistados, 60,4% afirmaram trabalhar em intervalos de horário das 7h às 15h e (34,7%) das 15h às 23h, das 23h às 7h (3,5%,) e em outros horários (1,4%) o que facilita a coleta dos materiais, uma vez que, possuem o período diurno e uma parte do período noturno para percorrer os bairros e segregar uma quantidade maior de recicláveis (Ver gráfico 6).



Gráfico 06. Horário de Trabalho dos Catadores Informais



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

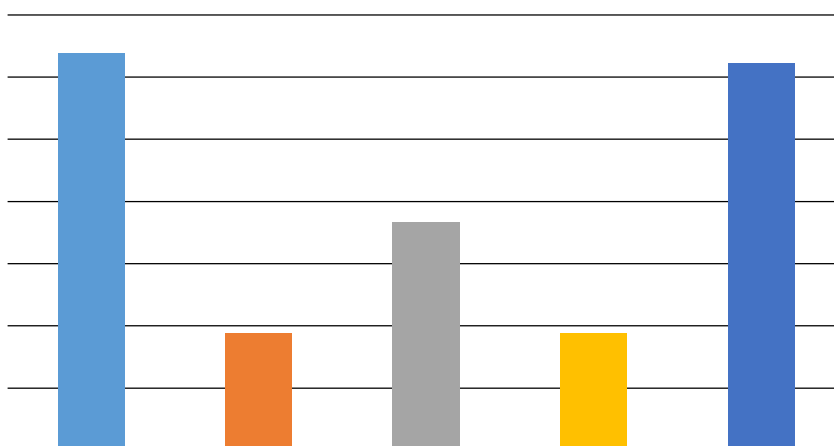
Os locais mais percorridos pelos catadores pesquisados foram nas residências (31,9%), nas ruas (31,1 %), nas lojas (18,3%), fábricas (9,4%) e condomínios (9,4%) consoante com o gráfico 7, visto que, nessas localidades, segundo os entrevistados, existe maior quantidade de materiais recicláveis. De acordo com a PNRS (2010), todos os municípios brasileiros deveriam oferecer a coleta seletiva à população para recolhimento dos resíduos recicláveis separados nas residências, um serviço que deveria envolver prioritariamente o trabalho das cooperativas ou associações de catadores. A coleta seletiva de acordo com a PNRS (2010) é a coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

O Decreto nº 7.404, que regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010 no Art. 1º descreve que a implantação do sistema de coleta seletiva é instrumento essencial para se atingir a meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. O sistema de coleta seletiva será implantado pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e deverá estabelecer, no mínimo, a separação de resíduos secos e úmidos e, progressivamente, ser estendido à separação dos resíduos secos em suas parcelas específicas, segundo metas estabelecidas nos respectivos planos. Para o atendimento ao disposto neste artigo, os geradores de resíduos sólidos deverão segregá-los e disponibilizá-los adequadamente, na forma estabelecida pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. E no Art. 10 que os titulares do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em sua área de abrangência, definirão os procedimentos para o acondicionamento adequado e disponibilização dos resíduos sólidos objeto da coleta seletiva.

Para Demajoric e Lima (2013) o Estado deveria instituir condições favoráveis para a inclusão dos catadores que estão fora das regras do mercado e são objeto de permanente de estigmatização e exclusão. De acordo com Moura Fé e Faria (2011, p.20) “a catação é realizada de forma precária por uma população extremamente pobre inseridas em processos informais, exteriormente aos mecanismos do direito e da proteção social do trabalhador assalariado”.

Todavia alguns catadores informais entrevistados trabalham na informalidade, ao passo que poderiam ter o reconhecimento dos gestores públicos de agente principal da coleta seletiva.

Gráfico 07. Locais de Coleta dos Materiais Recicláveis



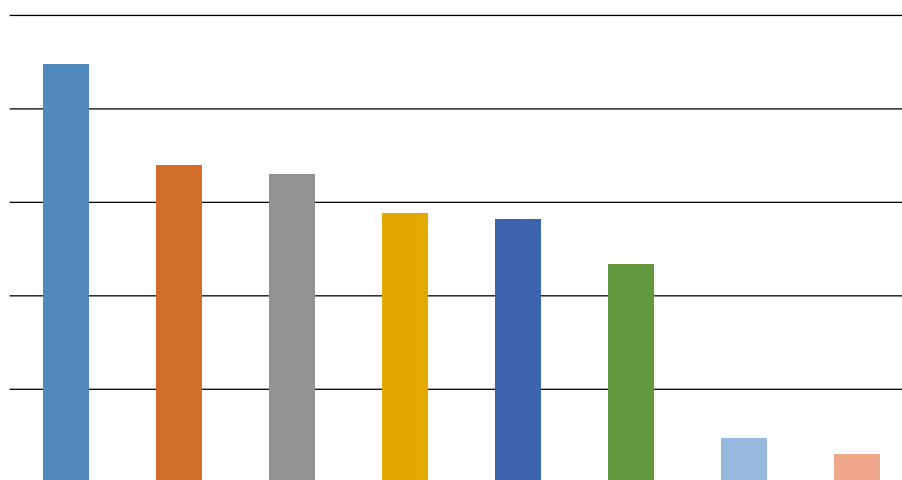
Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Existe uma diversidade de materiais coletados pelos entrevistados, dentre eles, o Alumínio (22,4%), Plástico (17,0%), Polietileno Tereftalato-PET (16,5%), Cobre (14,4%), Sucata (14,1%), Papelão (11,7%), Vidro (2,4%) e outros (1,5%) percentuais a serem observados no gráfico 8. O IPEA (2015), indicou que o Brasil perde R\$ 8 (bilhões) anuais ao levar para lixões e aterros materiais recicláveis que podem voltar à produção industrial. Além dos aspectos econômicos, a reciclagem conserva recursos naturais, aumenta a eficiência produtiva, proporcionando o uso racional de energia e menor emissão de gases do efeito estufa.

De acordo com Demajoric (2013), o avanço de materiais como o PET mostra a contribuição dos processos de inovação tecnológica, pois era considerado um excreável do resíduo sólido urbano, há alguns anos. Na atualidade, tornou-se um material com distintos aproveitamentos nas indústrias, os pequenos flocos provenientes do processo da reciclagem são convertidos em fibras de poliéster e pode ser utilizado na confecção de vestuário, edredons, travesseiros, jeans, assoalhos de carro, cerdas de vassoura e escova, além de conservar o meio ambiente, visto que uma embalagem PET de acordo com Nani (2012) demora 400 (quatrocentos anos) para se decompor.

De acordo com esse mesmo autor, os resíduos sólidos deveriam receber um tratamento apropriado quanto ao processo reciclagem, começando a partir da participação da sociedade civil que segregariam os resíduos, por meio da classificação a exemplo de resíduos secos e orgânicos, essa prática cotidiana incitaria a defesa, a conservação do meio ambiente, e facilitaria também o trabalho dos catadores informais ao coletarem.

Gráfico 08. Materiais recicláveis coletados pelos catadores informais



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Quanto ao uso de prensa (máquina manual ou mecânica utilizada para comprimir os materiais recicláveis) apenas 2,0% afirmaram possuir o equipamento, contudo verifica-se que 98,0% não possuem equipamento, relataram amassar os resíduos por meio dos pés, precisam realizar o procedimento para assim caber mais materiais nos carrinhos, pode ser observado por meio da figura 6. O CEMPRE (2015) relata que o investimento das empresas públicas ou privadas na compra de veículos e maquinário, além de agregar valor aos materiais recicláveis

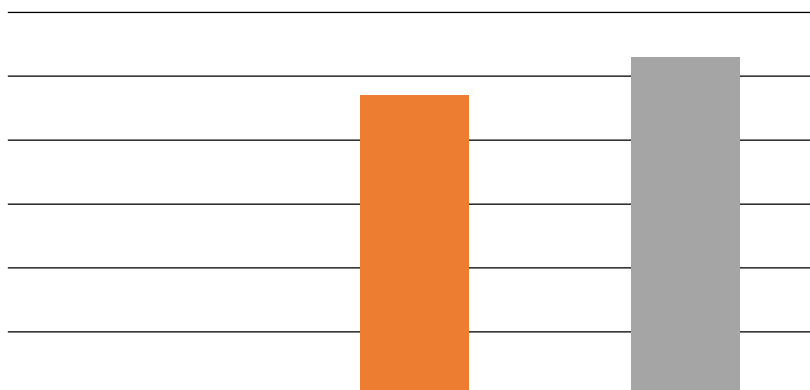
e ao trabalho dos catadores, aumentariam a produção, a renda, e a segurança do trabalho; contudo os entrevistados não têm acesso a esses equipamentos que seriam necessários para a realização da atividade de catação, proporcionando maior agilidade na coleta, transporte, e comercialização, contribuindo para o bem-estar dos catadores.

Figuras 10, 11 e 12 (Respectivamente). Peso transportado em excesso nos carrinhos



A pesquisa apontou que nenhum dos entrevistados comercializam os materiais recicláveis para empresas recicladoras, 53,0% vendem para sucateiros e 47,0% para depósitos, conforme apontado no gráfico 9. Pinhel, *et al* (2011), afirmam que os catadores informais de materiais recicláveis são responsáveis por cerca de 90,0% do resíduo que alimentam as indústrias de reciclagens no Brasil; além de exercerem um papel importante no aspecto econômico, social e ambiental, minimizando a quantidade de resíduos que seriam enviados a aterros sanitários ou coletados pelas prefeituras. Silva (2010, p. 130) corrobora afirmando que “estes trabalhadores da rua cumprem papel decisivo no processo produtivo da indústria dos reciclados, visto que, são fornecedores de trabalho materializado”. Essa análise demonstra que as empresas recicladoras detêm a maioria financeira, bem como o poder público não reconhece o trabalho do catador como gerador da riqueza socialmente produzida.

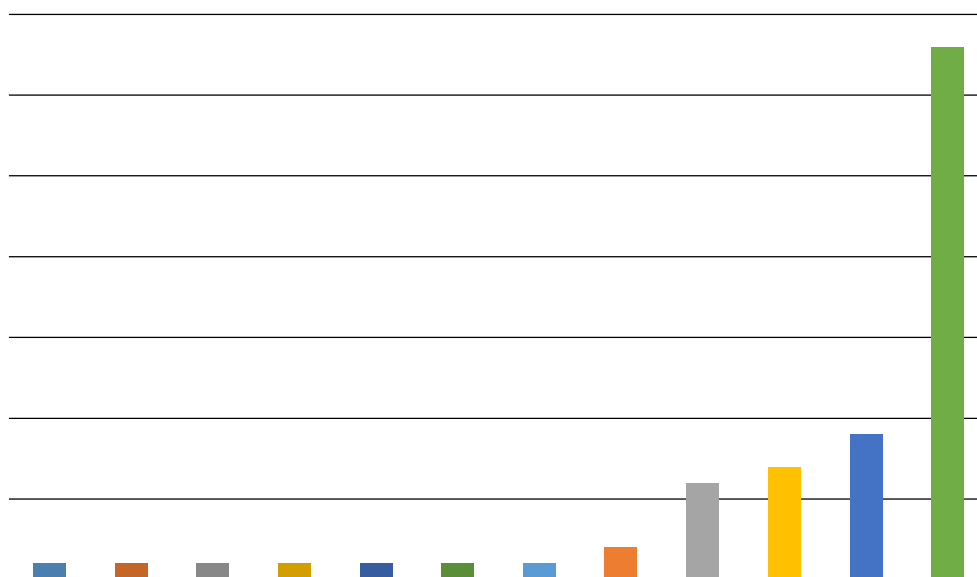
Gráfico 09. Local onde os catadores informais vendem os materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Quanto ao transporte usado para coletar os materiais recicláveis (35,0%) dos catadores utilizam carrinhos de supermercado, (30,0%) carroça sem tração animal, carrinho de madeira (7,0%), saco plástico (6,0%), carroça (2,0%), demais transportes tiveram a porcentagem semelhantes de (1,0%), dados apontados no gráfico 10. Pinhel *et al*, (2011) descreve que os catadores informais muitas vezes utilizam de transportes inadequados nas coletas de materiais recicláveis e ainda têm a sua força de trabalho explorada pelos comerciantes intermediários (depósitos e sucateiros), uma vez que entregam seus resíduos a preços inferiores aos comercializados no mercado. Para Demajoric e Lima (2013), os intermediários conseguem obter uma lucratividade de 100,0%, considerando-se os valores pagos ao catador informal e o preço final de venda dos materiais recicláveis.

Gráfico 10. Transporte utilizado pelos catadores informais



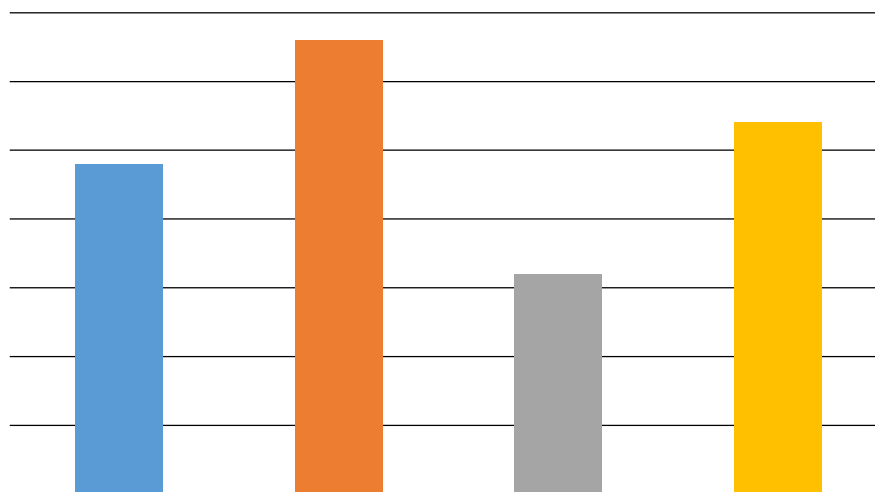
Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Os entrevistados 27,0% alegaram ter uma remuneração superior a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) embora seja considerado um dado relevante, o somatório daqueles que sobrevivem com menos de um salário se torna a maioria dos entrevistados 33,0% e 16,0% e àqueles que arrecadam o valor inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais) representam 24,0% verificados no gráfico 11, visto que declararam ter renda inferior a um salário mínimo equivalente a R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) vigente no ano de 2016. Silva (2016, p. 130), considera que os catadores de materiais recicláveis são excluídos socialmente, seja pelo Estado, seja pela sociedade civil, “paradoxalmente às altas cifras que envolvem a transação dos reciclados, o catador se apresenta alheio à rentabilidade deste setor”.

O Estado por meio, das políticas públicas sociais poderia viabilizar a inclusão dos catadores informais com a implementação de programas que inserissem o catador diretamente na comercialização dos materiais para as indústrias, visto que ele é partícipe do processo de conservação ambiental, bem como auxilia na economia do país.

Em 2013, de acordo com o CEMPRE, o mercado brasileiro movimentou R\$ 12 bilhões com a comercialização de materiais recicláveis, todavia o valor rentável não beneficia o catador informal, em que se pese, continua contribuindo para a expansão e lucro do setor industrial.

Gráfico 11. Renda obtida com a venda dos materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

A pesquisa apontou que 71,0% dos entrevistados têm como principal fonte de renda a atividade de catação materiais recicláveis, 29,0% além do ofício de catação conseguem aliar outra atividade.

Dados alarmantes apontados pela pesquisa é que 77,0% não exercem outra função remunerada, ou seja, são dependentes financeiramente desse labor, para prover os meios de subsistência a maioria sobrevivem com menos de um salário mínimo mensal, apenas 23,0% complementam a renda com a catação.

Com relação ao trabalho de catação prejudicar a saúde, 53,0% dos catadores alegaram que devido ao excesso de peso transportado, as longas caminhadas durante o período diurno, onde existe a predominância de raios solares, o contato físico ao manusear os tonéis com os resíduos, os riscos de acidentes urbanos, já que muitas vezes tem que disputar os espaços das ruas com os veículos, dentre outros fatores de riscos podem causar lesões ao corpo humano, “a atividade de catação é exercida sob condições subumanas, extremamente insalubre” Silva (2010, p. 132). Contudo 47,0% afirmaram que o trabalho praticado diariamente não está afetando a saúde.

Corroborar com a autora o IPEA (2016) ao afirmar que as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis são permeadas por diversas formas de precariedade laboral,

entre elas o contato direto com os resíduos, o trabalho penoso, a baixa renda, a falta de recursos laborais e a frágil inserção no mercado da reciclagem.

A pesquisa evidencia que 70,0% afirmaram não terem sido acometidos por acidente trabalhista ao desempenharem a atividade de catação, porém 30,0% dos entrevistados alegaram ter sofrido algum tipo de acidente ao segregarem os materiais recicláveis, a esse respeito (catação prejudicar a saúde) pode se observar as respostas dos catadores informais,

“sofro dor de cabeça devido ao mau cheiro do lixo” (C 58).

“tenho muita dor nos ossos, dor nas costas por conta do peso do carrinho, cortes leves nas mãos, machuquei os pés, rachaduras nos pés que não saram” (C 21).

“tive febre e chicungunha. Já fui atropelado, os carros, motos, ônibus não respeitam a gente” (C 46).

Fatores de riscos à saúde dos catadores podem estar relacionado à falta do uso de Equipamento de Proteção Individual- EPI, a pesquisa revelou que apenas 14,0% usam EPI e 86,0% não utilizam nenhum tipo de proteção ao coletarem os materiais recicláveis, pode ser visto na figura 7 onde mostra alguns catadores informais sem o EPI. Em consonância com o IPEA (2016), as condições de saúde também compõem um quadro de precariedade, pela exposição dos trabalhadores a diversos riscos ocupacionais e possibilidades de adoecimento, sem proteção individual, ambiental e legal devido à sua inserção em um mercado informal com pouco reconhecimento por parte do poder público e da sociedade em geral.

Figuras 13 e 14. Catadores informais exercendo a atividade sem uso do EPI



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

A partir das entrevistas quanto às doenças adquiridas pelo exercício da profissão de catador ratifica-se que 72,0% não foram acometidos por nenhuma patologia, porém 28,0%



relataram que já contraíram algum tipo de enfermidade. Dos entrevistados 14,0% mesmo quando sofrem alguma moléstia não procuram os postos de saúde, todavia percebe-se que a maioria dos entrevistados (86,0%) procuram auxílio médico ao serem infectados por algum tipo de doença, o número é expressivo e demonstra que esses trabalhadores se preocupam com a saúde.

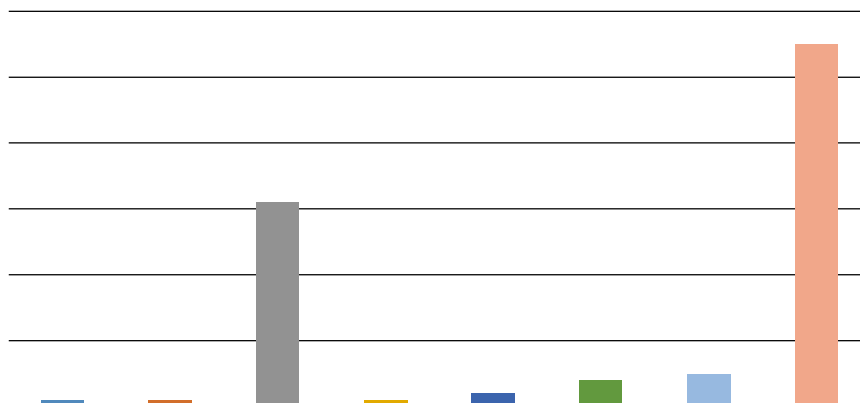
O IPEA (2016) menciona que deveria existir o desenvolvimento de mais pesquisas voltadas para a incidência de algumas doenças contagiosas que podem ser adquiridas no trabalho de catação com o manuseio dos resíduos urbanos, (hepatites, outras doenças infecciosas e parasitárias) e que podem resultar em graves problemas de ordem pública envolvendo os catadores informais.

Quanto ao local para guardar os materiais recicláveis 55,0% dos catadores afirmaram comercializar os resíduos no mesmo dia, pois não possuem locais apropriados para armazenamento, 30,0% em casa, 5,0% dentro do próprio carrinho, 2,0% no local de trabalho, os demais locais tiveram dados semelhantes a (1,0%), (Ver gráfico 12 a seguir). Jaquetto e Goes (2016) discorrem que os catadores informais não dispõem de locais para realizar o armazenamento e a separação de materiais, e que essas atividades muitas vezes precisam ser realizadas no próprio espaço da rua, desse modo os catadores precisam entregar os materiais coletados para os sucateiros e depósitos no mesmo dia. Resultado que está coerente nas falas dos entrevistados:

“cato o lixo com carrinho de supermercado, como é pequeno, não cabe muita coisa, as vezes tenho que voltar ao depósito uma duas a três vezes por dia. Se precisar vou quantas vezes precisar. Não tenho onde guardar” (C 4).

“trabalho com minha bicicleta, quando enche de sacolas com o material, vou logo vender. Como moro perto, posso ir e voltar sempre. Não guardo em casa, porque aparece rato, barata e dá mal cheiro” (C 51).

Gráfico 12. Locais de armazenamento dos materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Para Mello (2011), com a necessidade de obter respostas para a saúde pública e, sobretudo encontrar soluções para os problemas ambientais, os catadores informais de materiais recicláveis começaram a adquirir evidência. Esses fazer uma ligação materiais coletados agregam valores econômicos para os catadores, tendo em vista a manutenção da própria sobrevivência, bem como auxiliarem na conservação do meio ambiente, fato que pode ser observado nas respostas dos entrevistados quanto a percepção entre resíduo sólido e conservação ambiental:

“se o catador não catasse, a cidade estaria que é lixo puro. O povo já acabou com a natureza, acho que não tem mais jeito, rio poluído, animais que sumiram”. (C 92).

“latinha de alumínio demora muito tempo para se destruir, quando cato preservo o meio ambiente, diminui a coleta da prefeitura, porque realizamos a coleta tirando lixo das ruas, e é melhor para o catador, lixo dá dinheiro e evita poluição”. No lixo encontramos coisas boas. (C 93).

“A relação é desigual, a natureza está acabando por causa do povo que está destruindo, o lixo vai parar no esgoto, polui os rios e mata os peixes.”. (C 94).

“percebo que o lixo é fonte de renda e o meio ambiente dever ser mantido limpo e sem lixo jogado a céu aberto. [...] percebo que o lixo inunda os bueiros quando chove e o meio ambiente fica prejudicado com as enchentes. O povo é muito ruim ao jogar lixo na rua, depois vem a enchente e a culpa é do governo”. (C 98).

“preserva o meio ambiente. Veja o caso da Baía de Guanabara toda poluída no Rio de Janeiro, vai ter competição e o lixo vai prejudicar os jogos olímpicos” (C 19).

O meio ambiente de acordo com Cavalcante (2011) pode ser descrito em termos de propriedades objetivas/observáveis por meio de seus aspectos físicos ou subjetivas àquelas percebidas e avaliadas pelo indivíduo. Cada resposta dos entrevistados quanto a percepção

ambiental em relação resíduo sólido e meio ambiente, foi possível analisar que para além do fator monetário, os catadores reconheceram-se como sujeitos inseridos no quesito conservação ambiental, visto que, com a experiência vivenciada no cotidiano da catação compreendem que cooperam para minimizar os danos ambientais, ao retirarem das ruas os materiais recicláveis produzidos e consumidos desabridamente pela população.

Para essa mesma autora, “conhecer como as pessoas percebem, vivenciam e valoram o meio ambiente em que se acham inseridas ou que almejam é uma informação crucial para que os gestores de políticas públicas e de áreas afins possam planejar e atender as demandas sociais”, (2011, p.253). Desse modo apenas 2,0% relataram que não percebem contribuição alguma para o meio ambiente, entretanto 98,0% dos catadores informais narraram que percebem o quanto contribuem para a conservação, por meio das falas dos entrevistados será possível identificar a forma pela qual eles compreendem que fazem parte da conservação ambiental:

“tiramos o lixo das ruas, o que a população joga fora. Limpamos o meio ambiente. Deixamos a cidade limpa. Contribuição para a natureza limpa e sem poluição do lixo”. (C 59).

“a contribuição do catador é não deixar o lixo ir para os rios. Tiramos o lixo que não presta das ruas. Realizamos o trabalho da prefeitura e não ganhamos nada dela, dinheiro algum. A limpeza é feita pelo catador”. (C 78).

“seria melhor a contribuição para o meio ambiente se o povo jogasse o lixo em local certo. A base de economia, ao invés de comprar o novo, comprar reciclado é mais barato” (C 18).

Os entrevistados ao serem questionados sobre o processo de reciclagem, 98,0% salientaram que o procedimento se inicia a partir do trabalho exercido por eles, ao coletarem, segregarem e comercializarem posteriormente os recicláveis, ou seja, estão contribuindo para a cadeia produtiva<sup>11</sup>, 2,0% não se enquadraram como sendo partícipes da reciclagem.

O trabalho realizado pelos catadores representa “um elo importante da cadeia de produção industrial, permitindo o reaproveitamento de matérias primas a baixo custo, porém o catador representa o elo frágil da cadeia da reciclagem”, (MOURA FÉ e FARIA, 2011, p. 20). O catador informal se encontra na ponta da cadeia produtiva “suja”<sup>12</sup>, visto que, por meio das

<sup>11</sup> A cadeia produtiva de reciclagem de materiais recicláveis envolve diversos atores (indústrias, empresas, órgãos públicos, cidadãos e catadores) que desempenham diferentes funções. O papel desempenhado pelos catadores é reconhecidamente importante nesta cadeia, visto que, seus trabalhos agregam aos resíduos descartados, valores econômicos, sociais e ambientais. Fonte: Gutierrez e Zanin, 2011.

<sup>12</sup> Cadeia produtiva “suja” é um sistema de produção que é sustentado pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício. Vende os materiais recicláveis para depósitos

entrevistas possibilitou-se a análise que alguns exercem a profissão de forma precária, estão aquém dos direitos de proteção social, lidam com a exploração na comercialização frente aos depósitos que compram os materiais. Foram entrevistados adolescentes exercendo o trabalho de catação, violando os princípios do Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, Lei nº 8.069/90 no art. cita a proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

A contribuição dos catadores informais no processo da reciclagem se faz notório pelas respostas dos mesmos durante as entrevistas da pesquisa,

“se a gente deixar as garrafas plásticas nas ruas, dá uma ruma de dengue. Os vasos acumulam água e água parada dá dengue”. (C 35).

“limpo o meio ambiente e aproveito para passar uma mensagem positiva para os outros, que precisam separar os materiais para a reciclagem. (C 70).

“contribuo limpando a rua, evitando o aparecimento de ratos e escorpião. Preservo o meio ambiente. O que seria do meio ambiente sem o catador e a reciclagem? (C, 65).

“o meio ambiente precisa do catador”. (C 83).

“se não fosse o catador a coisa seria pior. Mantemos a natureza preservada e limpa, o catador é importante para o meio ambiente e para a sociedade. A reciclagem ganhou destaque a partir do catador. A prefeitura deveria cadastrar o catador como em São Paulo e Rio de Janeiro” (C 86).

Essas falas dos entrevistados trazem a notoriedade que o catador informal tem a percepção que o trabalho de catação se recobre de uma magnitude ambiental, porque reduzem a quantidade de resíduos que seriam lançados no meio ambiente. O meio ambiente conservado e limpo pode ser percebido pelos catadores informais para além do fator econômico adquirido com a comercialização dos materiais recicláveis, por meio das atividades de coleta que eles exercem diariamente, [...] “nos dias de hoje é muito difícil não perceber a importância desses trabalhadores. Todos os dias os catadores impendem que toneladas de resíduos recicláveis sigam para aterros sanitários, ou seja, jogados nos lixões” (PINHEL *et al*, p. 57).

Para Demajoric e Lima (2013) os órgãos públicos deveriam reconhecer os catadores informais como agentes fundamentais no processo de coleta seletiva e reciclagem, instituindo condições favoráveis para a inclusão dos mesmos na PNRS (2010), visto que a CBO os

---

pequenos e médios. Além do trabalho em condições precárias, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívidas, aluguel de carroças e trabalho infantil, violando os direitos humanos dos catadores. Fonte: Moura Fé e Moura (2011).

oficializou como categoria profissional, todavia o trabalho dos catadores informais se torna omissos perante a sociedade e o poder público,

“não se trata de favor ou assistencialismo, mas sim da valorização, ainda que tardia, do papel que os catadores desempenham para a expansão do mercado da reciclagem e para mitigação dos impactos socioambientais nos centros urbanos brasileiros” (DEMAJOROVIC e LIMA 2013, p. 122).

Quanto a ter ciência da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) 26,0% são cientes e 74,0% dos catadores informais entrevistados declararam não ter conhecimento da referida lei. Dos entrevistados 39,0% demonstraram não ter nenhuma informação das legislações vigentes, porém relataram que se a PNRS contemplasse o catador informal gostariam de ser inserido na política pública, outros 61,0% expuseram a negatividade de inserção em programas sociais.

De acordo com a entrevista realizada ao secretário da SEMA sobre a inclusão social dos catadores informais nas políticas públicas foi relatado que,

“a Prefeitura Municipal de Aracaju/SE entende que a melhor forma de ajudar os catadores individuais é incentivando a inserção destes em cooperativas ou associações. Em abril de 2013, a Prefeitura determinou o fechamento do lixão do bairro Santa Maria, e para incentivar a inserção dos ex-catadores individuais em cooperativas, a SEMA entregou o Galpão de Triagem para a Cooperativa de Catadores do bairro Santa Maria (COORES), que é formada por ex-catadores do antigo lixão. O galpão de triagem tem papel fundamental para a ampliação da coleta seletiva no município, além de melhorar o trabalho dos catadores de resíduos sólidos recicláveis, que usufruem de uma estrutura projetada, fazendo com que exerçam suas atividades de trabalho no beneficiamento de materiais recicláveis com qualidade e dignidade, resulta também na melhoria de suas condições econômicas e sociais (Secretário da SEMA, 2016).

A prefeitura por meio da SEMA não distribuem cartilhas, folders, ou anúncios nos meios de comunicação que incentivem a inserção dos catadores em cooperativas e associações, tampouco não divulgam a PNRS, bem como não existem parcerias com o MNCR: pontua o secretário durante a entrevista.

Dos entrevistados 62,0% relataram ter ciência da SEMA e 38,0% dos respondentes disseram que não ter conhecimento da respectiva secretaria, verifica-se aqui a relevância de uma parceria poder público com o MNCR, para que os catadores tenham conhecimento dos

seus direitos sociais enquanto trabalhadores e partícipes fundamental no mercado da reciclagem.

No tocante à atuação na promoção de políticas públicas que contemplem os catadores informais quanto a supressão da invisibilidade e exclusão social, bem como as principais dificuldades encontradas durante o trabalho de catação, pelos quais alguns alegaram serem vítimas de preconceitos, pode ser verificado pela narrativa dos mesmos durante a entrevista:

“as pessoas discriminam o catador de lixo, principalmente o catador que tem tatuagem. Pensam que somos bandidos” (C. 35).  
 “sofro preconceito das pessoas. As vezes o povo xinga a gente e pensa que somos bichos”. (C, 98).  
 “pessoas desconfiadas, pensam que é ladrão.” (C.39).  
 “nas escolas não ensinam sobre educação do meio ambiente. Eu nunca estudei. (C,76).  
 “o carrinho é pesado. As caminhadas nas ruas no sol e chuva. Quando está chovendo é um fedor danado. Muito catador catando devido ao desemprego, todo mundo quer virar catador” (C, 87).

O secretário da SEMA com relação aos relatos apontados pelos catadores informais, descreveu na entrevista,

“que vem desenvolvendo diversos trabalhos de educação ambiental, principalmente nas escolas, procurando difundir a importância da participação de todos no processo da coleta seletiva, inclusive as dos catadores, sejam eles individuais ou cooperados, mostrando que além de contribuírem com a limpeza urbana, contribuem decisivamente para diminuição do impacto ambiental causado pelo consumo. Ressalte-se também que objetivamente a inclusão social, a Prefeitura Municipal através da Fundação Municipal do Trabalho (FUNDAT), tem promovido diversos cursos profissionalizantes e de capacitação, incentivando a união de catadores em grupos organizados. Os cursos profissionalizantes ofertados: Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, Agentes de Reciclagem e Informática Básica (Secretário da SEMA, 2016).

Em conformidade às respostas dos catadores informais, os programas municipais oferecidos pela Prefeitura Municipal por meio da FUNDAT em parceria com a SEMA, não vem contemplando todos catadores, visto que alguns relataram não estar inseridos em nenhum programa social e não participam dos cursos profissionalizantes. Cabe ressaltar que o secretário da SEMA, salientou a existência de políticas sociais e cursos de capacitações para inserção socioeconômica, contudo precisa-se ser publicizado para que todos tenham acesso, bem como o CRAS realizar uma busca ativa nos locais de coleta, para cadastrar os catadores informais.

Para Filho e Rosa (2011), alguns técnicos ambientais especialistas em resíduos sólidos, assinalam a necessidade de incorporação dos catadores informais como parceiros na limpeza urbana, priorizando programas sociais que venham acarretar benefícios para os mesmos, além de estimulá-los na participação nos cursos já ofertados pelos órgãos públicos.

A SEMARH por meio da entrevista obtida com o secretário, salientou que a inclusão dos catadores informais de materiais recicláveis no tocante às políticas públicas está sendo realizado o cadastramento dos mesmos, por orientação aos municípios sergipanos para inserção em programas sociais, viabilizando a formação e formalização das cooperativas,

“o estado, em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) , através da SEMARH, vem desenvolvendo junto aos municípios o Projeto de Inclusão Socioambiental e Produtiva de Catadores e Coletores de Materiais Recicláveis em Sergipe, com a realização de várias etapas do projeto, pela executora Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) , tais como: Mobilização dos Catadores e Coletores; Cadastramento dos Catadores e Coletores nos Municípios; Reuniões Técnicas com Catadores e Coletores nos Municípios; Oficinas de Capacitação dos Catadores e Coletores; Seleção dos Empreendimentos a serem acompanhados pelos consultores da SEBRAE” (Secretário SEMARH, 2016).

Dos catadores informais de materiais recicláveis 27,0% possuem conhecimento da existência da SEMARH, contudo 63,0% asseguraram não ter ciência, entretanto pode-se verificar que a secretaria afirma que são disponibilizados por meio dos veículos de comunicação local, cartilhas e anúncios sobre inclusão social, salientando ainda que existe parceria com o MNCR. No entanto, apesar do secretário relatar esses avanços obtidos no quesito inclusão dos catadores informais, é possível identificar um quadro de fragilidade organizativo dessas políticas, uma vez que, que o município não compactua com o Estado na distribuição desses materiais informativos.

Quanto a oferta de cursos profissionalizantes que venha abranger os catadores informais em conformidade com a PNRS (2010) que propõe a inclusão social dos mesmos em cooperativas e associações, a SEMARH alegou oferecer capacitação apenas para os catadores cooperados/associados cadastrados, os cursos são: Cooperativismo, Educação Ambiental, Educação Financeira, Acondicionamento de Materiais, Empreendedorismo.

Embora as secretarias citadas ofereçam cursos profissionalizantes aos catadores, cabe ressaltar que no contexto de políticas cabíveis e exequíveis ao poder público, os catadores informais de materiais recicláveis entrevistados, não preenchem os requisitos necessários para

o ingresso nos referidos cursos, tendo em vista não pertencerem a nenhum tipo de cooperativa e associação, que os tornam excluídos socialmente desse processo.

Conforme o Plano Estadual de Coleta Seletiva/2014 de Sergipe existe cadastrados em cooperativas e associações 260 catadores de materiais recicláveis na região Metropolitana de Aracaju (SERGIPE, 2014). Cabe ressaltar que o referido plano não contabilizou os catadores que trabalham informalmente nas ruas. Os órgãos governamentais locais para obter uma estatística quanto a quantidade de catadores informais, precisariam de uma pesquisa mais direcionada àqueles que exercem atividade nas ruas.

Por meio dessa estatística, as secretarias poderiam planejar suas ações concomitante que aliassem as políticas públicas já existentes com novos programas sociais, bem como ações empresariais, que aquilatassem o trabalho dos catadores informais e a importância que eles exercem para o meio ambiente e a sociedade, uma vez que possibilitam o aproveitamento dos resíduos sólidos coletados e sua incorporação a novos produtos por meio do processo da reciclagem, “olhar para os catadores de forma mais justa significa dar voz a uma parcela da população que desenvolve um importante trabalho de preservação”, Demajorovic e Lima ( p. 3, 2013).

Não se pode considerar apenas as políticas públicas que venham incluir os catadores informais como colaboradores socioeconômicos, todavia pode ser possível por meio da educação ambiental, que a sociedade consumidora e a indústria que fabrica os produtos, se tornarem corresponsáveis na valorização das atividades dos catadores, no intuito que os mesmos não se tornem excluídos socialmente.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O catador informal de materiais recicláveis, é partícipe do modo de produção capitalista, quando se incorpora ao processo de geração de renda e comercializam seus materiais aos sucateiros que, por sua vez, repassam para indústria recicladora na qual detém a maior lucratividade, visto que possuem equipamentos especializados para a geração de novas mercadorias. O catador também faz parte do processo de produção que reveste de uma dimensão ambiental desmesurada, responsáveis por retirar das ruas, os resíduos descartados pela população.

A ascensão dos sucateiros e de empresas recicladoras na obtenção de renda na comercialização dos resíduos sólidos, pode ratificar que as políticas públicas voltadas para os catadores informais, precisam direcionar ações que possam incluí-los no processo de coleta seletiva e de reciclagem, no intuito dos mesmos conseguirem uma renda que seja compatível ao mercado, e alcancarem o reconhecimento enquanto categoria profissional, bem como contribuintes da conservação ambiental.

Conhecer como os catadores informais percebem e valorizam o ambiente no qual estão inseridos, é essencial para que os gestores de políticas públicas venham planejar ações socioeconômicas, ambientais, culturais, que permita a inclusão social.

O poder público tem dispensação de licitação para a contratação de serviços prestados por catadores organizados em associações ou cooperativas. Cabe ressaltar que a legislação não inclui os catadores informais de materiais recicláveis, embora os mesmos desenvolvam um trabalho de extraordinária protuberância para o meio ambiente, na medida em que evita, diariamente, que toneladas de materiais recicláveis sejam enviados aos aterros e lixões, dando destino ambientalmente adequado aos resíduos sólidos e cumprindo os termos da lei 12.305 de 2010, reaproveitando, reutilizando, reciclando e contribuindo para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e dos recursos naturais. Desse modo, incita a necessidade de inclusão social na totalidade dos catadores informais nas políticas públicas vigentes.

A PNRS (2010) após 6 (seis) anos de sua implementação precisa ser avaliada e analisada em toda a sua extensão, pelo poder público no que se refere ao cumprimento

integral da legislação, bem como a elaboração de leis complementares que possam incluir os catadores que atuam na informalidade.

Neste contexto é possível analisar por meio de alguns artigos da PNRS apontados pela pesquisa, que a lei embora referir-se aos catadores de materiais recicláveis, da integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, da atuação como instrumento de efetivação o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação, não contempla os informais. Evidencia-se, assim, o distanciamento teoria/prática das políticas públicas em relação a situação desses catadores que ficaram socialmente à margem da legislação, sendo que poderia estar sendo aplicada para todos os catadores formais e informais.

As prescrições legais das políticas públicas de inclusão social e ambiental trouxeram melhorias notórias para a gestão de resíduos sólidos, solidificando a participação de cooperativas e associações como parceiras do incremento da coleta seletiva e reciclagem. Torna-se imprescindível que, a sociedade por meio da participação popular atue no contexto de fiscalização, controle social no cumprimento das políticas públicas, para que os catadores informais possam ser efetivamente inseridos no contexto legal, e alcancem a visibilidade social, tendo em vista que grande parte dos mesmos permaneceram por várias décadas invisíveis para a sociedade e o poder público. Assim, ressalta-se que a SEMA e a SEMARH poderia ofertar uma ampla divulgação dos cursos profissionalizantes oferecidos, e promovessem ações efetivas para inclusão social dos catadores informais.

## **REFERÊNCIAS E FONTES BIBLIOGRÁFICAS**

ABNT. Associação Brasileira de Normas e Técnicas. **Definição de Resíduos Sólidos**. Disponível em: < <http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em 02/11/2016.

ALEXANDRE, Fernanda; OLIVEIRA, Sandra de Fátima. **Fenomenologia e memória: Novos aportes para a práxis da EA**. Revista Eletrônica Mestrado. Educ. Ambiental. ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009.

ANDER-EGG, Exequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. Ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

BALDIN, Nelma e MUNHOZ, Elzira MB. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. Anais do X Congresso Nacional de Educação. 2011.

BARROS, Regina Mambelli. **Tratado sobre Resíduos Sólidos. Gestão, Uso e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Interciência; Minas Gerais: Acta, 2012.

BEHRING. Elaine Rossetti e BOSCHETTI. Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEST, J. W. **Como investigar em educación**. 2. ed. Madrid: Morata, 1972.

BITENCOURT, Daniela Venceslau. **Administração e gestão social: aspectos dimensionais do desenvolvimento sustentável em municípios sergipanos**. Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios**. – Campinas, SP: Papirus, 2003. 4ª. Ed.

CAMINHA. Iraquitan de Oliveira. **O distante-próximo e o próximo-distante: Corpo e percepção na Filosofia de Merleau-Ponty**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CAPRA, Fritjof. **A teia da Vida**. Traduzido por Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAREGNATO, R. C. A e MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Florianópolis: 2006.

CARTA DA TERRA. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/carta\\_terra.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc)>. Acesso em: 02/02/2016.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (organizadoras). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011).

\_\_\_\_\_. CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (organizadoras). In. Ariane Kuhnen. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011).

\_\_\_\_\_. CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (organizadoras). In. Ariane Kuhnen. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011).

CEMPRE. Compromisso Empresarial para Reciclagem. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/>>. Publicação/artigos. Acesso em: 02/02/2016.

\_\_\_\_\_. CEMPRE. **PNRS a Lei na Prática**. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/>>. Publicação/artigos. Acesso em: 29/05/2016.

CENTRO POP- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. **Orientações Técnicas**. SUAS e População em Situação de Rua. Volume 3. Brasília, Gráfica e Editora Brasil, 2011.

CIISC-Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. **Decreto nº 7.405/10**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/comite-interministerial-para-inclusao-dos-catadores>>. Acesso em 03/04/2016.

DECRETO nº 7.404 de 23/12/2010. **Normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm)>. Acesso em: 22/11/2016.

DEMAJOROVIC, Jaques; LIMA, Márcia. **Cadeia da Reciclagem: um olhar para os catadores**. São Paulo: Editora Senac. Edições Sesc SP, 2013.

DI PASQUALE, Giovanni. **História da ciência e da tecnologia: da pré-história ao renascimento**. Lisboa: ASA, 2002.

DIAS, Gonçalves, S.F. F. **Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem**. 298 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2009.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm) Acesso em 06/12/2016.

ESTATUTO, das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 04/10/2016.

FAGGIONATO, Sandra. **Percepção Ambiental**. Disponível em: <[http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt4.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html)>. Acesso em: 20/02/2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos: **Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas no nível local de governo**. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2001.

FAZENDA, Ivanir Catarina Arantes. (Org.). **Práticas Interdisciplinares na escola**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FILHO, Rubens Pantano e ROSA, Derval dos Santos. **Perfil dos Cooperados das Cooperativas de Catadores de Resíduos Sólidos na Cidade de Campinas**. In: ZANIN, Maria; Rafaela Francisconi Gutierrez (org). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Paulo: Claraluz, 2011.

FONSECA, J. J. S., **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GONÇALVES, P. **Coleta seletiva e inclusão social**. Disponível em: <[www.lixo.com.br/artigocl.htm](http://www.lixo.com.br/artigocl.htm)>. Acesso em 09/03/2016.

GRIPPI, Sidney. **Lixo: reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

GUIMARÃES, Roberto Pereira e FONTOURA, Yuna Souza dos Reis. Rio+20 ou Rio- 20? Crônica de um fracasso anunciado. Revista: **Ambiente & Sociedade**, ISSN 1809-4422, vol.15. Versão on-line. São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2012000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300003)>. Acesso em 21/04/2016.

GUTIERREZ, Rafaela Franciscone e ZANIN, Maria. **Panorama de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores no Brasil**. In: ZANIN, Maria; Rafaela Franciscone Gutierrez (org). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Paulo: Claraluz, 2011.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2000.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO DEMOGRÁFICO**. Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 10/04/2016.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/130913\\_relatorio\\_situacao\\_social\\_mat\\_reciclavel\\_regiao\\_nordeste.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/130913_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_regiao_nordeste.pdf)>. Acesso em 28/09/2016.

JACOBI, Pedro, Org. **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2006.

JAQUETTO, Bruna Cristina Pereira e GOES, Fernanda Lira. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução: Luiz Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LOAS- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 24/02/2016.

MARQUES, Lilian Machado. CARNIELLO, Maria Antônia. NETO, Germano Guarim. **A**

**percepção ambiental como papel fundamental na realização de pesquisa em educação ambiental.** Revista: Travessias, ed.10. ISSN 1982-5935. 1982- 5935. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/travessias/educacao/a%20percepcao%20ambiental.pdf>>. Acesso em 09/03/2016.

MATSUO, Myrian. Tese de Doutorado. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/SP, 2009.

MELLO, Sylvia Leser. In: ZANIN, Maria; Rafaela Franscisoni Gutierrez (org). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas.** São Paulo: Claraluz, 2011.

MELAZO, Guilherme Coelho. **Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano.** Olhares & Trilhas. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/download/3477/2560](http://www.seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/download/3477/2560)>. Acesso em: 27/02/2017.

MERLEAU-PONTY. Maurice. Fenomenologia da Percepção. Tradução de Carlos Roberto Ribeiro de Moura. 4º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MOURA FÉ, Carlos Frederico Cerqueira e FARIA, Maurício Sardá. **Catadores de Resíduos Recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais.** In: ZANIN, Maria; Rafaela Franscisoni Gutierrez (org). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas.** São Paulo: Claraluz, 2011.

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/>. **Sobre o que é o movimento.** Acesso em: 02/02/2016.

NANI, Everton Luiz. **Meio Ambiente e Reciclagem.** Curitiba: Juruá, 2012.

NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes e CAPELLARI, Marcos Alexandre. **História: ensino médio.** São Paulo: Edições SM, 2010. Coleção ser protagonista.

ODUM, Eugene Pleasants. **Ecologia.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara.1988.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento.** São Paulo: Plêiade, 1996.

OLIVEIRA, L. de. **Contribuições dos estudos Cognitivos à Percepção Geográfica.** Revista de geografia. USP. V. 3, 1997.

PASTORAL DO POVO DE RUA. **Vida e missão.** Coordenação da Pastoral do Povo da Rua-Setor das Pastorais Sociais - CNBB. São Paulo: Loyola, 2003.

PINHEL, Julio Ruffin; ZANIN, Maria; MÔNACO, Graziela Del. **Catador de Resíduos Recicláveis: um perfil profissional em construção.** In: ZANIN, Maria; Rafaela Franscisoni Gutierrez (org). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas.** São Paulo: Claraluz, 2011.

**POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.** Lei nº 12.305, de 2 de agosto de



2010. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em 19/04/2016.

RIBEIRO, Wallace Carvalho Ribeiro; LOBATO, Wolney; LIBERATO Rita de Cássia. **Notas sobre Fenomenologia, Percepção e Educação Ambiental**. Sinapse Ambiental, 2009.

Disponível em: < <http://docplayer.com.br/5020125-Notas-sobre-fenomenologia-percepcao-e-educacao-ambiental-1.html>>. Acesso 10/10/2016.

RIBEIRO, Daniel Verás e MORRELI, Márcio Raymundo. **Resíduos Sólidos: problema ou oportunidade?** -Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

RIBEIRO, Wagner Costa, Org. **Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social**. São Paulo: Annablume; Procarn; IEE, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Departamento de Ciências da Administração. Florianópolis. UFSC: CAPES: UAB, 2009.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3ªed. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/viewFile/17897/10251>>. Acesso em 08/04/2016.

SADALA, Maria Lúcia A. **A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty**. Bauru. Anais. 2004. Bauru: Universidade do Sagrado Coração de Jesus e Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt1/12.pdf>>. Acesso em 10/12/2016.

SANTOS, Anselmo Luís dos e GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudo. av. vol.29 no.85 São Paulo Sept. /Dec. 2015. On-line version ISSN 1806-9592**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-4014201500850001>>. Acesso em 04/10/2016.

SCHMITT, J. C. (1990). **A história dos marginais**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1990.

SEGURIDADE SOCIAL-Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.**Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm)>. Acesso em: 24/02/2016.

SEMARH. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos**. Disponível em: <<http://www.semarh.se.gov.br/comitesbacias/modules/tinyd0/index.php?id=20>>. Acesso em 20/08/2016.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMÕES. Carlos. **Curso de Direito do serviço social**. 3º ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez,

2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

XAVIER, Herbe. **Percepção geográfica dos deslizamentos de encostas em áreas de risco no município de Belo Horizonte, MG.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

## **APÊNDICE A**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**APÊNDICE A**

**CAMINHOS DO “LIXO”: PERCEPÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL DOS  
CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ARACAJU**

Mestranda: Eliane Freitas Couto

Orientadora: Professora Dra. Ronise Nascimento de Almeida

Público alvo: **Catadores informais de materiais recicláveis.**

Data: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO**

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

3. Idade:

☐ Até 14 anos. ☐ De 15 a 18 anos. ☐ De 19 a 45 anos

☐ De 45 a 59 anos. ☐ Acima de 60 anos.

4. Cor/Raça:

☐ Branco ☐ Negro/Mulato ☐ Pardo

5. Estado civil:

☐ Casado ☐ Solteiro ☐ Viúvo ☐ União Estável ☐ Divorciado

6. Naturalidade: \_\_\_\_\_

7. Frequentou (a) a escola?

☐ Sim ☐ Não

8. Grau de escolaridade:

☐ Ensino Fundamental completo ☐ Ensino Fundamental Incompleto

☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Ensino Superior ☐ Pós-Graduação

## HISTÓRICO DO TRABALHO INFORMAL DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

9. Você se considera um trabalhador informal exercendo a função de catação?  
☐ SIM ☐ Não
10. Teve outra profissão com registro na carteira profissional de trabalho?  
☐ Sim ☐ Não Qual? \_\_\_\_\_
11. Por que a escolha dessa profissão? \_\_\_\_\_
12. Há quanto tempo trabalha na coleta de materiais recicláveis?  
☐ 0 a 1 ano ☐ 1 a 5 anos ☐ 6 a 10 anos ☐ 11 a 20 anos ☐ 21 anos ou mais
13. Qual é o horário de trabalho:  
☐ De 7:00 às 15:00 horas ☐ De 15:00 às 23:00 horas  
☐ De 23:00 às 7:00 horas ☐ Outro \_\_\_\_\_
14. Onde coleta os materiais recicláveis?  
☐ Casas ☐ Lojas ☐ Fábricas ☐ Ruas ☐ Outros Quais? \_\_\_\_\_
15. Quais os materiais mais coletados?  
☐ Alumínio ☐ Cobre ☐ Papelão ☐ Plástico ☐ PET ☐ Sucata ☐ Vidro ☐ Outros  
 Quais? \_\_\_\_\_
16. O que utiliza para coletar/transportar os resíduos? \_\_\_\_\_
17. Como/onde armazena o que coleta? \_\_\_\_\_ utiliza prensa?  
☐ Sim ☐ Não
18. Para quem vende os materiais recicláveis?  
☐ Sucateiros  
☐ Empresa Recicladora  
☐ Outros  
 Quais? \_\_\_\_\_
- 

## RENDA

19. Renda obtida com a venda de resíduos?  
☐ Menos de 200,00 ☐ De 251,00 a 400,00 ☐ De 451,00 a 550,00 ☐ Mais de 550,00
20. Tem outra fonte de renda? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_
21. Você realiza qualquer outra atividade remunerada?  
☐ Sim ☐ Não
22. Qual? \_\_\_\_\_

### **SAÚDE/RISCOS NA ATIVIDADE DE CATAÇÃO**

23. A atividade de catação tem prejudicado à sua saúde?

☐ Sim ☐ Não

24. Sofreu algum tipo de acidente durante o trabalho?

☐ Sim ☐ Não

25. Utiliza equipamentos de proteção individual na atividade de coleta?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo. Quais? \_\_\_\_\_

26. Foi acometido por algum tipo de doença depois que começou a trabalhar como catador? \_\_\_\_\_

27. Ao ficar doente procura auxílio médico?

☐ SIM ☐ Não

### **PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

28. Como você percebe a relação entre resíduo sólido (lixo) e o meio ambiente? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

29. Você acredita que o catador informal de materiais recicláveis contribui para a conservação ambiental?

Sim ☐ Não ☐ Sim

30. De que forma você percebe essa contribuição?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

31. Quais as principais dificuldades encontradas no trabalho de catação?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

32. Você acredita que o processo da reciclagem começa a partir do trabalho exercido por vocês enquanto catadores informais?

☐ SIM ☐ Não

Porque?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**INCLUSÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS**

33. Você tem conhecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos?

( ) SIM ( ) Não

34 Gostaria de ser incluído nessa política?

( ) SIM ( ) Não

35. Conhece a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos?

SEMA ( ) SIM ( ) Não

SEMARH( ) SIM ( ) Não

## **APÊNDICE B**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**APÊNDICE B**

**CAMINHOS DO “LIXO”: PERCEPÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL DOS  
CATADORES INFORMAIS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ARACAJU**

Mestranda: Eliane Freitas Couto

Orientadora: Professora: Dra. Ronise Nascimento de Almeida

Público alvo: **Secretários da SEMA e SEMARH**

Data: \_\_\_\_\_ Secretaria: \_\_\_\_\_

1.Nome: \_\_\_\_\_

2.Formação: \_\_\_\_\_

3.Quanto tempo na função? \_\_\_\_\_

4. Existe um cadastramento dos catadores informais? \_\_\_\_\_ Caso afirmativo. Quem eles devem procurar? \_\_\_\_\_

5. Como está sendo realizada a inclusão dos catadores informais nas políticas públicas municipais? \_\_\_\_\_

6. São distribuídas cartilhas, ou anúncios pelos meios de comunicação, sobre a inclusão social dos catadores informais na PNRS (2010)? \_\_\_\_\_

7. Existe parcerias da secretaria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)? \_\_\_\_\_

8.Quais são as perspectivas do município para os catadores no tocante a coleta seletiva?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9.Como a Secretaria vem atuando na promoção de políticas públicas que contemplem o catador informal, no que tange a eliminação da invisibilidade e exclusão social?

\_\_\_\_\_

---

---

10. Com relação a saúde dos catadores informais, existe algum auxílio ofertado pela secretaria, para a coleta dos materiais recicláveis?

( ) carrinhos

( ) carroças adaptadas

( ) protetor solar

( ) equipamento de proteção individual

( ) Outros. Quais?

---

---

12. A secretaria já promoveu cursos profissionalizantes para os catadores informais, em consonância a PNRS, que propõe a inserção dos mesmos em cooperativas e associações?

( ) SIM ( ) NÃO

Quais? \_\_\_\_\_

---

13. A PNRS está completando seis anos em 2016, quais as ações afirmativas no que se refere a contratação dos catadores de materiais recicláveis na participação da coleta seletiva, visto que o poder público está dispensado de licitação ao contratar esses profissionais?

---

---

---